

Segunda parte - Apropriações e repercussões

4 - Condições de apropriação

Igor Guedes Ramos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RAMOS, IG. Condições de apropriação. In: *Genealogia de uma operação historiográfica: Edward Palmer Thompson, Michel Foucault e os historiadores brasileiros da década de 1980* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 230-290. ISBN 978-85-7983-701-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

SEGUNDA PARTE

APROPRIAÇÕES E REPERCUSSÕES

4

CONDIÇÕES DE APROPRIAÇÃO

Todo o processo de *apropriação* depende de suas condições históricas, no caso da historiografia não é diferente. Antes de pensarmos os *modos de usar* os pensamentos de Thompson e de Foucault, é preciso compreender em que “atmosfera” esse uso ocorreu. Portanto, iniciamos a Segunda Parte deste estudo – que procura dar conta de nosso problema principal – com a análise da situação sociocultural, institucional e das concepções teórico-metodológicas que constituíam, na transição dos anos 1970 para os anos 1980, o *lugar* e as *práticas* da produção historiográfica no Brasil.

Em seguida, procuramos analisar os meios “materiais” da *apropriação*. Neste ponto, as questões seriam: De que modo os pensamentos de Thompson e de Foucault foram divulgados entre os historiadores brasileiros? Que esforços foram empreendidos? Quem esteve envolvido nesse processo? E a partir de que instituições?

Finalmente, discutiremos algumas falas de historiadores que viveram/diagnosticaram essa recepção. Porém, entendemos que essas falas não são neutras, por isso procuramos evidenciar as direções que procuram estabelecer para o processo. Com tudo isso descrito, no próximo capítulo será possível examinarmos os *modos de usar*, seus efeitos e em que medida as referidas falas diagnosticaram e/ou foram eficientes em propiciar uma direção ao processo de *apropriação* de Thompson e de Foucault pelos historiadores brasileiros.

Política, instituições e concepções teórico-metodológicas

Não devemos ser insensíveis, certas *experiências* foram profundamente importantes para os historiadores dos anos 1960 e 1970, sua “historiografia engajada” pode parecer desgastada e estreita para olhos do novo milênio, mas foi imprescindível para sua época; como sugere a fala recente de Francisco J. C. Falcon (2011, p.31-2):

Recordar os anos 1970 é sempre uma espécie de mergulho nas águas escuras e sujas de uma época sombria que gostaríamos de poder esquecer. Quem vivenciou aqueles anos sabe o quanto é difícil esquecê-los, mas também como é penoso e complicado lembrá-los. A memória que temos daqueles anos tende a misturar, numa mesma narrativa, nossas circunstâncias e experiências pessoais com aquelas mais gerais ou institucionais. Uma ambiguidade incontornável, certo, mas é assim que vemos aqueles tempos ainda hoje.

É preciso, hoje mais do que nunca, lutar contra o esquecimento que tende a nos fazer crer na existência de um processo normal de mudanças, positivas quase sempre, relegando a um plano secundário os acontecimentos que mais feriram e revoltaram, então, a nossa sensibilidade: a morte ou desaparecimento de colegas e amigos, a censura praticada em nosso trabalho, as ameaças e discriminações mais ou menos constantes.

Não foram, em absoluto, anos vazios, desinteressantes ou perdidos, mas tudo ou a quase tudo que se conseguiu fazer custou muitos receios, incertezas e desassossego. Na verdade, muito se fez então, apesar da repressão, das perseguições e da intolerância. Narrar tudo isso demandaria talvez mais de um livro. Todavia, não se pode esquecer o fato de que aquilo que se conseguiu fazer foi sempre contra ou apesar dessas circunstância desfavoráveis.

Entre essas recordações e as dos anos 1980 se estabelece um abismo, as *experiências* eram outras, mas marcaram com a mesma intensidade; basta retomar uma fala de André Luiz Joanilho (2003, p.15):

Era uma época de muitos sonhos. Jovens circulavam pelos *campi* a procura de respostas às suas contestações. Brindavam os novos tempos e rejeitavam

o que consideravam velho e carcomido. Nas faculdades de Ciências Humanas, as roupas e os cabelos denunciavam as expectativas e esperanças de mudar o país. As tendências políticas no meio universitário disputavam espaços e mentes. No meio da efervescência deslizavam alternativas de compreensão da sociedade, isto é, formas de entender e agir que não estivessem inscritas nas fórmulas políticas herdadas dos anos sessenta.

Nos anos 1980 a “atmosfera sombria” havia se desfeito, surgiu uma historiografia que, dependendo da perspectiva, foi denominada “renovadora” – em sentido positivo – ou “encantada”¹ – no sentido pejorativo de ilusória, apolítica etc.

As recordações de Falcon e de Joanilho não são singulares; em meio a entrevistas, artigos, livros etc. que utilizamos neste estudo encontramos falas semelhantes com grande regularidade. Por um lado, acreditar que nada disso influenciou a *operação historiográfica* é dissolver o *lugar* e eliminar uma das relações que a *operação* mantém com o “real”. Por outro lado, descrever essa influência sem cometer leviandades ou reducionismos não é nada fácil, podemos dizer que as condições políticos-culturais dos anos 1960 e 1970 induziram uma “aglutinação” dos historiadores em torno de um problema comum, o regime civil-militar.

Era preciso enfrentar esse problema que atingia diversos momentos da vida de muitos historiadores e da intelectualidade brasileira em geral. No trabalho, com a fiscalização das aulas, o bloqueio das pesquisas, os processos de aposentadoria/prisão, a incriminação feita por colegas – como o sempre “mal lembrado” Eremildo Viana. Em casa, com as prisões para averiguação, com o assassinato ou a deportação de amigos e familiares etc. Segundo Daniel Pécaut (1990, p.256), essa atmosfera levou os intelectuais a constituírem “uma espécie de partido, sem contornos precisos e sem aparelho, mas incumbido da defesa das liberdades democráticas”.²

1 O termo “encantada” é de Antonio Celso Ferreira, um dos críticos dessa “nova atmosfera”; ver Glezer (2011, p.337).

2 O depoimento de Warwick Estevam Kerr demonstra como a “atmosfera sombria” descrita por Falcon permeava a intelectualidade brasileira em geral e como isso a

Isso tudo não determinou a hegemonia de uma concepção teórico-metodológica, mas favoreceu a constituição de um problema comum, e o pensamento marxista foi um instrumento possível e disponível para resolver esse problema. Por isso, “apesar da ditadura da direita, há relativa hegemonia cultural da esquerda no país” (Roberto Schwarz (1978) apud Pécaut, 1990, p.202), pelo menos entre os intelectuais. Nosso diagnóstico parece convergir com o de Fernando Novais, para quem o contexto histórico brasileiro favoreceu um tipo específico de debate historiográfico e estabeleceu uma referência impossível de ser ignorada:

O golpe de 64 e os desdobramentos do regime militar-autoritário levaram a um como que exame de consciência da intelectualidade brasileira e dos historiadores no seu bojo. Daí as constantes reavaliações, as variações dos focos de preocupação. Por exemplo, o reestudo do significado do tenentismo. Daí a preocupação com a história mais recente na sua dimensão política. [...]

E isto se liga, como é fácil perceber à maior presença do marxismo em nosso país. Entre nós o marxismo não é – como no chamado Primeiro Mundo – uma doutrina entre outras; trata-se, por assim dizer, do referencial do debate das ideias. Não estou querendo dizer que todos, nem que a maioria, aqui, sejam marxistas. Nem que o marxismo que se faz aqui

uniu em defesa dos direitos democráticos: “Fui preso no 11º dia do que chamam de revolução – eu chamo de golpe de Estado. Dizem que fiquei preso 40 dias, mas fiquei só 13 horas. Saindo da cadeia, soube que o Isaías Raw estava preso. Fui visitá-lo. O coronel estranhou que eu, mal saído da cadeia, estivesse visitando outro preso. O Isaías estava todo encolhido debaixo de uma escada. Fiz ver ao coronel que o Isaías era um homem importante no cenário da química brasileira, e que estava sendo submetido à tortura física. O coronel reclamou. Disse que os universitários eram uns corporativistas. Depois transferiu Isaías para um quarto. Perguntei por que nos chamava de corporativistas e ele me contou que um físico, de nome Oscar Sala, tinha vindo visitar outro preso, Mario Schenberg, pedindo que o libertassem. Então, mostrei ao coronel como ele estava enganado e que não se tratava de corporativismo e sim de respeito pela justiça. Sala e Schenberg eram ambos físicos mas não eram amigos. Ao contrário. Outro caso foi o do Saldanha. Foi demitido da USP e, na mesma hora, a FAPESP lhe concedeu uma bolsa de estudos” (Fapesp: origens e implantação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.10, n.28, p.207-8, 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v10n28/v10n28a08.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2013.

seja melhor que o dos países centrais. Há bons e mediocres trabalhos, cá e lá. A diferença que estou querendo marcar é de atitude; o marxismo está sempre presente em nosso horizonte intelectual, forma, por assim dizer, o caldo de cultura – o que não ocorre nos Estados Unidos e na Europa.³

Um depoimento de Emilia Viotti da Costa sintetiza o imbricamento entre as necessidades de conhecer e mudar o país, patentes entre os intelectuais da época:

Era difícil permanecer indiferente à luta que se travava no Brasil e no mundo. O país industrializava-se e os problemas sociais no campo e nas cidades eram cada vez mais prementes. Parecia urgente mudar o país. Para isso era preciso conhecê-lo melhor; examinar suas lideranças políticas, as “elites” [...] procurar uma explicação para o atraso, o autoritarismo e o elitismo crônicos, a sobrevivência das oligarquias e do regime de clientela e patronagem e a fraqueza das instituições democráticas. (apud Ferreira, 2011, p.328-9)

Enfim, segundo Vainfas (2009, p.225), o “fundamental era, então, fazer uma história que buscasse as raízes socioeconômicas de nosso atraso, subdesenvolvimento ou dependência do imperialismo, em especial o norte-americano. Uma história engajada, portanto, uma história militante” ou, melhor dizendo, *vanguardista* – no sentido de perceber os fundamentos de nossos problemas que os outros não percebem e, daí, exercer um papel condutor.

A partir dos anos 1980, a abertura político-cultural possibilitou uma espécie de “desaglutinação” e o surgimento de uma “atmosfera utópica”, uma espécie de “deslumbre” entre os intelectuais. Isso não no sentido de um sonho imaginário ou de ofuscamento da visão, mas no sentido da existência de uma expectativa concreta em relação a outras formas de intervenção e mudança social, econômica e cultural; pelo menos é nesse sentido que parece se dirigir o diagnóstico de Edgard Salvadori de Decca:

3 Palestra proferida no I Encontro de Professores de História da UFRJ no início dos anos 1980, publicada em Novais (1990, p.111-112, 113).

Vivia-se a transição da ditadura militar para os primeiros governos civis. Sonho, desejo e esperanças rolavam soltos no ar. [...] Não falávamos, é verdade, mas tínhamos uma convicção íntima, a de que, quando a ditadura acabasse, o Brasil se transformaria. A máquina perversa que nos oprimia tinha por objetivo exatamente impedir que se resgatasse a imensa dívida social do país, acumulada desde a escravidão colonial, para que se pudesse enfim implantar uma democracia distributiva, destinada a eliminar de vez a indignidade da pobreza que mantinha a sociedade presa a um passado de desigualdades brutais. Vivíamos um momento iluminado. (apud Ferreira, 2011, p.332)

O essencial é que, nessa época, existe um discurso que associa as mudanças que vinham ocorrendo à possibilidade/necessidade de novas mudanças na sociedade brasileira e, também, a uma possibilidade/necessidade de transformação na *operação historiográfica* – uma “renovação” na forma de escrita, nos modelos interpretativos (método, premissas, conceitos etc.), no uso das fontes e na postura ético-política.⁴ Por exemplo, a dissertação de mestrado de Luzia Margareth Rago, defendida em 1984 na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), se inicia com a história da quebra, a partir de 1968, dos modelos socioculturais dominantes, em relação à mulher, ao trabalhador, ao negro etc. A autora explica essa breve excursão para fora de seu objeto de análise, da seguinte forma:

A crise destes estranhos modelos de inscrição no social não será discutida aqui. No entanto, começo por falar dela pela experiência de um passado recente vivida pessoalmente com muita intensidade e que tem tudo a ver com o percurso desta dissertação. Afinal, a sensação no final dos anos 60 e por vários anos da década seguinte foi a de que um mundo novo se abria, mas ao mesmo tempo, a de que a estrada se interrompia e de que não havia mais trilhos pela frente. Alguma coisa como um desenho em que se apagam repentinamente os traços e as direções sem deixar nenhuma linha à vista. Na vertigem do escuro, algumas vozes muito especiais sinalizaram outros

4 Lembrando que com esse termo queremos descrever a representação dos historiadores a respeito de sua posição em relação aos outros grupos socioculturais e suas percepções em relação à gestão da sociedade.

rumos, aparecendo como referências luminosas e bem-vindas num campo aberto e inexplorado. Âncoras de algum porto seguro. Parece que em número cada vez maior, lançamo-nos nesta procura incessante de alguma coisa que brote do fundo de cada um de nós: a busca da própria identidade, se se quiser. Mas, sobretudo, da possibilidade de escolhermos nossos caminhos e de dirigirmos autonomamente nossas vidas. (Rago, 1984, p.2-3)

Para Rago, as vozes que constituíram esse porto seguro foram aquelas dos anarquistas da Primeira República, “vozes que falavam de um outro mundo, de uma vida alegre e descontraída, da libertação de homens e mulheres, da possibilidade do amor livre, da importância do prazer...”, era preciso uma *operação historiográfica* capaz de “recuperar a história destes marginalizados pelo discurso político e intelectual” (ibidem, p.3-4).

A evidente carga emocional dessas passagens não ofusca a compreensão do *lugar* da produção historiográfica; pelo contrário, essa era uma sensação coletiva, compartilhada por vários historiadores. Sidney Chalhoub, em 2001, ao prefaciar a segunda edição de sua dissertação de mestrado, defendida em 1984 na Universidade Federal Fluminense (UFF), afirmou o seguinte sobre a época em que seu estudo foi desenvolvido:

Era um momento histórico raro, desses em que a crença no futuro vira experiência coletiva. À *história vivida pertencia também a empreitada de produzir conhecimento histórico*. Surgiam novos programas de pós-graduação, os debates teóricos alargavam-se, possibilidades de pesquisa e exploração de fontes inéditas apareciam a cada dia. O que lembro deste livro e daquela época é de um estado de excitação política e intelectual constante, que parecia mais do que idiosincrasia individual. (Chalhoub, 2001, p.V-VI, grifo nosso)

Essa vontade de transformação geral estava relacionada com o surgimento de outra postura ético-política entre os historiadores brasileiros. Desde a década de 1920, os intelectuais – incluindo os historiadores – se consideram capazes de escapar às “ideologias” que turvam o pensamento e a ação dos diferentes grupos sociais, para daí se tornarem “construtores da nação”, “ideólogos do desenvolvimento” ou

simples “reveladores da dependência sistêmica”. A partir de meados de 1970, muitos intelectuais deixam de se considerarem os únicos capazes de escapar à “ideologia”, para esses todos os grupos sociais conseguem perceber alguma “parcela do real”. Assim, a função do intelectual seria favorecer a (re)ativação do pensamento e da ação desses grupos marginalizados, em prol da constituição de uma sociedade mais justa e igualitária. Desse modo, consideramos que essa outra historiografia não é menos engajada; contudo, emerge outra forma de engajamento: ocorreu uma gradual substituição do intelectual *vanguardista* pelo *intelectual específico* e, principalmente, pelo *militante de base*.⁵

O que temos, portanto, são duas atmosferas históricas distintas (1960-1970 e 1970-1980) que favorecem determinados posicionamentos por parte dos historiadores, uma espécie de *húmus* em que certas *práticas historiográficas* podem florescer com maior facilidade em relação a outras. E, o mais importante, é que os historiadores que viveram a “passagem” para os anos 1980 se esforçaram para construir *práticas historiográficas* que consideravam condizentes com as “novas” condições históricas – ressurgimento dos movimentos sociais (principalmente as greves do ABC paulista), enfraquecimento e fim do regime civil-militar, Diretas Já, elaboração da “Constituição Cidadã” etc.. Para ajudar a responder aos “novos” problemas, sem dúvida os pensamentos de Thompson e de Foucault foram uma opção disponível e eficaz como veremos neste e no próximo capítulo.

Agora é preciso discutir algumas injunções institucionais, regras de conduta e as concepções teórico-metodológicas que predominavam na transição dos anos 1970 para os anos 1980.

5 Sobre essas questões, ver Pécaut (1990); Paoli (1987, v.1, p.53-101); Paoli et al. (1984); Ramos (2009). Sem dúvida, a “nova” postura dos intelectuais absorve elementos da noção de “intelectual específico”, conforme descreveu Foucault. Porém, como tentaremos demonstrar ao longo do texto, por operar no interior da *analítica da finitude*, está muito mais próxima do que podemos denominar “militância de base” própria de Thompson.

Na transição dos anos 1970 para os 1980 ocorreu, também, o que se costuma denominar “consolidação dos programas de pós-graduação”. Antes de tudo é preciso afirmar, apesar de óbvio, que muito antes da década de 1970 existia produção historiográfica no Brasil,⁶ inclusive de forma institucionalizada em nível de pós-graduação. Essa produção, concentrada na Universidade de São Paulo (USP), era regularizada pelo “sistema de cátedra” ou “antigo regime”, isso significa que não era um programa aberto ao público, os catedráticos decidiam seu próprio sistema de orientação e selecionavam os pesquisadores. Nas palavras de Laime Mesgravis (1983, p.90):

O modelo adotado pela Faculdade [de História da USP] acabou sendo o alemão em que o catedrático preparava seus assistentes, orientando a sua pesquisa para a tese de doutorado que deveria ser original e defendida perante uma banca de 5 examinadores. Com o decorrer do tempo a defesa de tese foi aberta a todos licenciados que fizessem a pesquisa sob a orientação de um professor titular.⁷

Conforme demonstraram Carlos Fico e Ronald Polito (1992, p.31-60 passim), desenvolvendo as análises de Francisco Iglésias, José Honório Rodrigues e José Roberto do Amaral Lapa, a partir de 1970 são fundados diversos programas de pós-graduação em História pelo que se convencionou denominar “sistema departamental”. Em relação aos cursos de mestrado, entre 1971 e 1974, foram criados sete: USP, UFF, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), Universidade Federal de Goiás (UFGO), PUC-RS, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Sagrado Coração de Jesus (FFCLSCJ/Bauru) (rapidamente desativado). Entre 1975 e 1979 surgiram mais quatro cursos: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade de Brasília (UnB), Unicamp e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nos anos 1980 foram criados outros cinco: Universidade Es-

6 A respeito da produção historiográfica brasileira “pré-consolidação dos programas”, ver, por exemplo, Diehl (1998; 1999); Glezer (2011).

7 Ver também Capelato (1994, p.349-358).

tadual Paulista (Unesp/Assis), Unesp/Franca,⁸ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e PUC-RJ; totalizando 16 cursos de mestrado no fim da década de 1980. Em relação ao doutorado, na década de 1970 foi fundado o curso da USP e nos anos 1980 surgiram os cursos da UFSC, UFF, Unicamp e PUC-RS; totalizando cinco cursos já em 1986.

O impacto da consolidação desses programas no volume da produção historiográfica foi efetivo, com expansão significativa nos anos 1980. Entre 1973 e 1979 foram defendidas 275 dissertações de mestrado em todo o país; entre 1980 e 1989 esse número se elevou para 665. Entre 1975 e 1979 foram defendidas 34 teses de doutorado, enquanto entre 1980 e 1989 foram defendidas 149. Em síntese, nesses novos programas de pós-graduação ocorreu uma ampliação de 255% da produção nos anos 1980 em comparação aos anos 1970. No que diz respeito ao curso de História da USP, responsável por praticamente todas essas teses – UFPR, Unicamp e UFF foram responsáveis por uma tese cada –, podemos fazer outra comparação, a saber: entre 1939 e 1979 foram defendidas pelo sistema de cátedras e departamental um total de 353 monografias (tese de cátedra, livre-docência, doutorado e mestrado), com média de 8,8 teses por ano; enquanto entre 1980 e 1989 foram 277 monografias, com média de 30,7 teses por ano.⁹ Tanto a ampliação do número de instituições que ofereciam os cursos de pós-graduação quanto o volume da produção favoreceram o “desbloqueio das referências” ou, dito de outra forma, a procura por outras “alternativas de compreensão da sociedade”.

Em relação à “qualidade” desses programas e de sua produção, segundo Ciro Flamarion Cardoso, que ajudou a organizar os programas da UFF e UFRJ, esses foram projetados exatamente para “profissionalizar” definitivamente a produção historiográfica no Brasil. Isso significava, em relação aos programas, normas rí-

8 Diferente dos dados de Fico e Polito, nos sites dos cursos de História das Unesp de Franca e de Assis consta como ano de criação 1979.

9 Esses dados foram retirados e elaborados a partir de Fico e Polito (1992, p.41-4) e Mesgravis (1983, p.90).

gidas a respeito dos prazos, dos créditos disciplinares, das linhas de pesquisa, das formas de fomento etc.; e, em relação à produção, maior rigor no trato das fontes e no uso de referências teóricas ou, em poucas palavras, significou “o fim do ensaísmo”. Ou seja, para Cardoso (2002, p.214-16, 224-6), essa “qualidade” é definida pelo uso extensivo das fontes, bem como definição e aplicação rigorosa de uma concepção teórico-metodológica, em seu caso, o marxismo.

Para Emília Viotti da Costa (2002, p.70, 72), até a década de 1960, a “historiografia brasileira se ressentia do excessivo ensaísmo. Faltava fundamentação empírica que permitisse testar a validade das teorias [...] A pesquisa em fontes primárias não recebia muito estímulo ou orientação”. Para Boris Fausto (2002, p.100), na década de 1960 poucos docentes da USP tinham “solidez e seriedade”, em geral era um “mar de mediocridades”. Sobre os anos 1970,

Francisco Iglésias foi taxativo, em 1982, caracterizando “o nível mediano da quase totalidade das dissertações e teses” ou, ainda, analisando o surto de estudos brasileiros de então, considerando “muitos – a maioria”, fracos. Cremos [Fico e Polito] que os anos 80 apresentam um melhor comportamento, com uma diminuição dos casos realmente fracos e uma sensível ampliação dos trabalhos de maior qualidade, principalmente entre as teses de doutorado. A obtenção de títulos não deixou de ser apenas um ritual acadêmico que para muitos serve somente para conferir ao titulado (quando docente do magistério superior) o direito de progredir na carreira. Mas a tendência a uma definição mais clara das exigências teórico-metodológicas e técnicas de pesquisa dificulta, cada vez mais, a defesa de textos sem níveis mínimos de rigor. (Fico; Polito, 1996, p.195)

Muitas outras falas indicam uma melhoria na “qualidade” da produção historiográfica, sobretudo a partir de 1980. É essencial notar que essas *práticas historiográficas* consideradas de “maior qualidade” ou virtuosas já eram corriqueiras entre muitos historiadores que as defendiam;¹⁰ apenas não estavam devidamente institucionalizadas,

10 Segundo Capelato, Glezer e Ferlini (1994, p.351 *passim*), a erudição e o uso amplo de fontes foram virtudes básicas da produção historiográfica *uspiana* entre

processo que aconteceu no decorrer dos anos 1970 e foi “massificado” nos anos 1980.

De qualquer forma, na nossa perspectiva não interessa ratificar ou refutar essa qualificação das produções dos anos 1960/1970/1980. O importante é que esses e outros depoimentos e dados¹¹ informam que, em meados da década 1970, surgiu uma sistemática exigência de critérios, normas e procedimentos mínimos que definiram o *lugar* da produção historiográfica brasileira: criação, avaliação e regulação de instituições específicas de produção, implantação e maior estabilidade das linhas de fomento, normatização dos cursos de pós-graduação (implantação de linhas de pesquisa, sistema de seleção de ingressantes, estabelecimento de prazos, cumprimento de créditos etc.), e, o que mais interessa aqui, comprometimento com a pesquisa em arquivos e a fundamentação em um número maior e variado de fontes (“fim do ensaísmo”). Isso teve como um dos efeitos a procura de outras concepções teórico-metodológicas que ajudassem a “dar conta” das “novas fontes” e dos “novos critérios” exigidos, favorecendo a penetração da História Cultural, da linguística, da antropologia, dos pensamentos de Foucault e de Thompson etc.

Segundo Fico e Polito (1992, p.35), na maioria dos programas de pós-graduação, as áreas de concentração e linhas de pesquisa sofreram alterações constantes nos anos 1980, apontando para pesquisas excessivamente regionais ou delimitadas. Ao contrário dessa tendência, a USP e a UFF procuraram nos anos 1980 comportar um amplo espectro de pesquisa em suas pós-graduações: a primeira com “História Social” e “História Econômica”; e a segunda com “História Social das Ideias”, “História Social da Industrialização e da Urbanização” e “História Social e Econômica da Agricultura”.

De acordo com Laima Mesgravis (1983) e Boris Fausto (2002, p.101), a História da USP até o fim da década de 1960 era bastante

catedráticos de todas as gerações.

11 Cf. Capes. *História e missão*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>>. Acesso em: 15 março 2013; Silva (1996); Diehl (1999; 2004); Fico e Polito (1992).

marcada pela história socioeconômica dos *Annales*, o que não espanta considerando suas dívidas com Ferdinand Braudel. Isso explica a constituição de suas duas áreas de concentração; porém, na década de 1970 existia também uma forte reivindicação por uma área de História Política, o que Mesgravis explica como uma reação àquela “atmosfera sombria” do regime civil-militar:

Além da inegável influência das correntes historiográficas europeias que privilegiam os estudos de história social, é preciso lembrar que o esforço de compreensão dos problemas e crises da nossa história recente com certeza determinaram esta busca no passado das raízes do Brasil atual. E nesta perspectiva que podemos compreender como, finalmente, foram vencidas as resistências aos estudos de temas políticos e ideológicos que até certo ponto caracterizaram a nossa produção. (Mesgravis, 1983, p.90-1)

O efeito desse “esforço” foi uma historiografia dita engajada e fundada em análises socioeconômicas; nesse sentido, o marxismo em suas diversas vertentes se adequava muito bem a esse projeto. O marxismo começou a se difundir na USP pelas ciências sociais e políticas, com os cursos de Florestan Fernandes e com o Seminário de Marx, que reunia uma diversidade de intelectuais como Fernando Henrique Cardoso, Giannotti, Rui Fausto, Fernando Novaes etc. para discutir textos marxistas, sobretudo de Marx. No Departamento de História, Novais, Emília Viotti da Costa e Carlos Guilherme Mota são muito lembrados como “marxistas de qualidade”, importantes difusores dessa vertente de pensamento (Fausto, 2008, p.185-90; Burmester, 1998). Ainda, “fizeram-se presentes os tratamentos seriais e quantitativos, que chegaram por caminhos diversos: na discussão sobre Revolução Francesa e conjuntura (Labrousse) e nas análises do comércio colonial (Braudel, Godinho, Mauro e Chaunu)” (Capelato et al., 1994, p.353).

A forma como foi estruturado o programa de pós-graduação da UFF se dirigia para uma produção equivalente. Cardoso, Falcon, Maria Yedda Linhares e Eulália Lahmeyer Lobo em 1980 reorganizaram o programa em torno de suas próprias linhas de pesquisa;

por isso, as áreas de concentração vigentes desde 1972 (“História do Brasil”, “História da América”, “História Econômica e Social” e “História Política e Social) foram substituídas por “História Social das Ideias” coordenada por Falcon, “História Social da Industrialização e da Urbanização” coordenada por Lobo. Essa organização, por um lado, gerou certa confusão de interesses individuais com institucionais; porém, por outro lado, deu consistência ao programa garantindo uma produção constante.

O mais importante é que as pesquisas desses “historiadores formadores” possuíam certas características que são sintetizadas por Linhares (2002, p.42):

Minha geração encarava a história no seu sentido mais estrutural; a história da longa duração, das grandes explicações. [...] Além disso, nos preocupávamos em nos aproximar das Ciências Sociais, dos linguistas, dos quantitativistas, dos literatos, dos filósofos [...].

Em relação aos “quantitativistas”, Falcon (2011, p.25) esclarece sua importância nos “anos de chumbo”:

A “História quantitativa” revolucionava métodos e fontes, propunha a possibilidade de se produzir um conhecimento “científico”, isento de “ideologias”, oferecendo a muitos historiadores uma espécie de “terceira via”, entre a história factual, de tipo tradicional, e a história marxista. Afinal, no Brasil pós-1964 – e que logo seria pós-1968 –, a História quantitativa era ao mesmo tempo “nova”, científica” e “acima de qualquer suspeita”.

Foi menos pelo interesse em estar “acima de qualquer suspeita” e mais pela formação de seus líderes – Cecília Maria Westphalen, Altiva Pilatti Balhana e Brasil Pinheiro Machado – que o programa de pós-graduação da UFPR acolheu intensamente os métodos de serialização e de análise quantitativa. Conforme parecer de Balhana, publicado em 1983, esse programa era extremamente normatizado, com alta produtividade para a época e possuindo como principal área

de concentração a “História Demográfica” e as linhas de pesquisa “Levantamento e arrolamento de arquivos” e “História Demográfica do Paraná”. Nesse sentido, tinha como objetivo principal desenvolver técnicas de análise demográfica, bem como “a preservação, arranjo e utilização dos acervos documentais de arquivos locais” (Balhana, 1993; Marchi et al., 1992/1993; Machado, 2013, p.1-10).

Os historiadores da Unicamp, por sua vez, tinham uma estratégia muito diversa da USP, UFF, UFPR e dos outros programas de pós-graduação operantes no Brasil na transição dos anos 1970 para os anos 1980. O objetivo dos historiadores unicampistas era “não abordar os enfoques metodológicos-temáticos tradicionais da História Socioeconômica” (Fico; Polito, 1992, p.35). Essa postura teria um caráter de “renovação” e de conflito institucional, como evidencia a fala de Edgar Salvadori de Decca (2002, p.270):

A gente tinha que formar um campo à margem da História da USP. A USP, na época, não comportava o nosso grupo [Maria Stella Bresciani, Ítalo Tronca, entre outros], pois não tinha espaço político que comportasse o ingresso de uma proposta de reformulação. Na Unicamp era diferente: a pretensão desta universidade era muito grande e inovadora; nós podíamos tentar fazer tudo, podíamos fazer um Departamento de História, uma pós-graduação, orientar pesquisa do modo que a gente bem entendesse, e isso tudo na USP não dava, devido à hierarquia que por lá reinava. Nós queríamos muito mais do que a USP podia oferecer, queríamos, inicialmente, um espaço próprio para inovação.

Desde sua fundação em 1976 até 1990 o programa sofreu diversas mudanças em suas linhas de pesquisa e áreas de concentração, contudo a temática principal foi constante: “História Social do Trabalho” focada na “recuperação da memória política das classes trabalhadoras, com estudos sobre a vida cotidiana, a vida fora das fábricas e a cultura popular”. No final dos anos 1980, emerge o interesse dos membros do programa (docentes e discentes) pela “História Cultural”; ou, melhor dizendo, o que começou com um interesse no interior da “História Social” pela “cultura dos trabalhadores e dos marginalizados” foi se

consolidando na década de 1990 em uma área de concentração separada: com outros objetos, temáticas e referências teórico-metodológicas (Fenelon, 1983, p.61-6).¹²

Segundo Fico e Polito (1992, p.161), o surgimento de alguns novos temas de pesquisa e o grande número de estudos produzidos pelos cursos de pós-graduação causaram grande fervor na mídia dos anos 1980. A estratégia da Unicamp, pelo menos de parte de seus docentes, de se colocarem como “jovens renovadores”, gerou alguns efeitos:

Assim, se quisermos reconstruir o “imaginário” sobre a produção histórica na segunda metade dos anos 80, veiculado pela mídia, teríamos o seguinte: jovens historiadores, notadamente da Unicamp, contrapõem-se aos “dogmatismos” teóricos, sobretudo marxistas, e operam uma renovação teórica da História que impõe um redirecionamento das pesquisas através do abandono de “velhas noções estabelecidas” e da busca de novas temáticas.

É preciso considerar o alerta – fundamentado em análises quantitativas – desses autores: não ocorreu uma renovação historiográfica tão profunda como veiculado na mídia da época e, sobretudo, essa “juventude renovadora” não é tão coesa, homogênea e localizável exclusivamente na Unicamp (ibidem, p.161-2). Ou seja, é preciso examinar com cuidado os efeitos dessas diferentes estratégias de organização institucional na produção historiográfica – procuramos fazer isso no Capítulo 5.

De qualquer forma, a maioria dos autores concorda que até os anos 1980 existia certa monopolização interpretativa, o que criava barreiras a outros modelos explicativos e referências teórico-metodológicas. Esse “hermetismo acadêmico” aparece na fala de Maria Odila Leite da Silva Dias a respeito da USP, mas também em relação às universidades brasileiras em geral:

12 Cf.; PPGH-Unicamp. *O programa*. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/pos/historia/index.php?texto=programa&menu=menuprograma>>. Acesso em: 25 jan. 2012; Fico e Polito (1992, p.32-3).

Na USP são como feudos, são grupos que se constituem, sobretudo como política corporativa, controle das editoras, acesso aos jornais, e esses grupos são muito paroquiais. É raro as pessoas entabularem uma discussão intelectual. Eu tenho a impressão de que é um ambiente viciado, no qual o debate propriamente intelectual não conta muito. Nós não temos uma tradição plural. Ao contrário, temos uma tradição muito fechada e autoritária e sentimos isso dentro das universidades. (Dias, 2002, p.209)

Em entrevista de 1999, Ronaldo Vainfas assinala que no final da década de 1970, o “hermetismo” também ocorria na UFF:

O curso da UFF tinha uma orientação marxista bastante forte, embora alguns professores que não o fossem. Alguns de uma erudição extraordinária, mas mal vistos pelos alunos ditos engajados, por não serem marxistas. Isso me incomodava também. É claro que era a orientação marxista que prevalecia, havia grupos de estudo onde se discutiam várias leituras desse gênero. (Vainfas, 1999)

Segundo Astor Antonio Diehl (2007, p.68-138), nas ciências humanas brasileiras nas décadas de 1960 e 1970 predominaram os estudos de caráter socioeconômico com *integração metodológica* de Max Weber, de Émile Durkheim e de diferentes vertentes do marxismo, tendo como “princípio norteador” a “independência” econômica, a emancipação social e/ou a democratização política do país. Entre os historiadores, um número considerável aderiu ao método “serial quantitativo” e ao “marxismo estrutural” de Althusser – apesar das críticas severas empreendidas por Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender –, uma vez que supostamente forneciam cientificidade a história-disciplina (Diehl, 2004, p.148-51; 1999, p.43).

Em sua tese para o concurso de professora titular em Teoria da História da UFPR, Ana Maria de Oliveira Burmester (1998) analisou uma parcela significativa da produção historiográfica brasileira da década de 1970. Segundo a autora, os primeiros intelectuais a pensar o “modo de ser do capitalismo no Brasil” foram Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Junior; cada um partindo de uma perspectiva

– weberiana, antropologia culturalista norte-americana e materialismo histórico respectivamente –, esgotaram as preocupações de sua época e estabeleceram um solo para as produções posteriores. Enquanto os trabalhos de Holanda e de Freyre procuraram explicar a sociedade brasileira de uma perspectiva em que os aspectos culturais poderiam explicar inclusive a economia, Prado Jr. utilizou a noção de capitalismo como sistema, historicamente determinado, com fases (concorrencial, monopolista etc.), fundamentado pela *produção da vida material* (economia ou infraestrutura) e capaz de explicar/justificar o todo da sociedade (seus diversos aspectos políticos, culturais etc.), em suma, fundamentado no “materialismo histórico ortodoxo” (Burmester, 1998, p.98-102).

Nos anos 1960 e 1970, “a economia passou a ter maior destaque enquanto via de aceso à explicação fundamentada do real” (ibidem, p.103), questão que está associada tanto aos modelos interpretativos disponíveis/aceitos quanto à já referida preocupação com a modernização do país. Nesse sentido, de acordo com Burmester, livros de economistas, como *Formação econômica do Brasil* (1959) de Celso Monteiro Furtado, e os estudos de Prado Jr. se tornaram referências obrigatórias para produção historiográfica (ibidem, p.57-9, 103 passim). A perspectiva “culturalista” de explicação do capitalismo e da sociedade brasileira ficou em segundo plano, as teses de Holanda e principalmente de Freyre foram criticadas.¹³ Em relação aos intelectuais estrangeiros *apropriados*, a autora encontra diversas referências a Marx, Engels, Lenin, Rosa Luxemburg, Eric Hobsbawm, Louis Althusser, Nicos Poulantzas, Albert Soboul, Ernest Labrousse, Marc Bloch, Lucien Febvre, Jacques Godechot e Fernand Braudel:

13 Como veremos no Capítulo 5 com mais detalhes, é certo que Freyre comete imprecisões cronológicas, geográficas, factuais etc. em seus estudos. Entretanto, é um dos primeiros intelectuais a manifestar uma perspectiva positiva da mestiçagem, em oposição aos discursos de branqueamento e inferioridade da raça negra que permeavam a mentalidade pseudocientífica da elite brasileira. A noção de “homem cordial” de Holanda é a primeira crítica a um problema crônico no Brasil, a saber a transferência de valores e comportamentos próprios das relações particulares para esfera pública – qualquer outra interpretação desta noção é no mínimo um equívoco de leitura.

Das teses acadêmicas que analisamos, a maior parte delas apoia-se no marxismo. Dentre as várias *leituras* de Marx, privilegiam a vertente althusseriana. Estão, sem dúvida, dentro de um “espírito” de época, bastante influenciadas pelas correntes do estruturalismo, seja a Antropologia de Lévi-Strauss, seja a longa duração braudeliana. (ibidem, p.109)

Desenvolvendo a discussão de Burmester, podemos dizer que na produção historiográfica brasileira dos anos 1960 e 1970 *predominou* um modelo interpretativo mais “formal” – vimos no Capítulo 2 que esse modelo de explicação histórica é defendido por Anderson, Hobsbawm, Althusser, e criticado por Thompson. Isto é, a explicação parte de pressupostos, categorias e relações lógicas muito bem definidos, para compreender o “social concreto” brasileiro e suas peculiaridades: “o capitalismo enquanto sistema é tomado como um *a priori* explicativo” (ibidem, p.110). Nessas Histórias, predomina o seguinte: os “personagens”¹⁴ são *categorias* (capital, lucro, burguesia indústria, burguesia agrária, facções de classe, estamentos, instância política etc.) e as “ações” são *relações lógicas* (acúmulo, contradição, determinação, autonomia relativa etc.) rigorosamente especificadas.

Além disso, de acordo com Burmester (1998, p.106-7), desde os anos 1960 a produção historiográfica havia se ocupado dos estudos localizados (espacial e temporalmente), porém esse “regional” é sempre explicado como “parte de um sistema global”, visando à constituição de uma história total/universal.¹⁵ Em suma, em muitos estudos – com au-

14 Essa discussão pode parecer próxima à de Paul Ricoeur, porém não se trata da mesma perspectiva, pois, por um lado, não estamos interessados na questão ontológica de afirmar que toda a História é narrativa, e, por outro lado, acreditamos que a perspectiva de Ricoeur poderia se aplicar a livros de química, física etc. – a teoria do *Big Bang*, por exemplo, é uma narrativa onde os “personagens” (forças físicas diversas) interagem ao longo do tempo etc. – o que nos diria muito pouco sobre as especificidades dos livros de história. Como referido anteriormente, fundamentamo-nos nas reflexões de Certeau (“A escrita da História”) e nas de Hobsbawm (“A volta da narrativa”), ou seja, a produção histórica possui elementos narrativos, não existe dúvida; o que importa aqui é sua “quantidade” e seu “tipo” ou “estilo”. Para uma síntese da perspectiva de Ricoeur, ver Barros (2011).

15 Essa característica predominante foi denominada por Astor Antônio Diehl (1999, p.184) *razão ornamental afirmativa*, “ou seja, a razão afirmada e garantida pelo

tores, temáticas, objetos e conceitos diversos – produzidos no período *predomina esse método formalista*, fundamentado em questões socioeconômicas, recorrendo ao marxismo e aos *Annales* (segunda geração).¹⁶

Gradativamente, a partir de meados da década de 1970, esse quadro teórico-metodológico começa a se transformar com a introdução da Nova História francesa (terceira geração), a micro-história italiana e o materialismo histórico e cultural (Vainfas, 2009, p.233). Inclusive em instituições consideradas conservadoras, como evidencia a fala de Ronaldo Vainfas: “Fiz meu doutorado na USP [1984 - 1988]. Como já não havia mais uma tirania de estudos marxistas, passei a ler outros autores da Nova História que começaram a ser discutidos tardiamente aqui [no Brasil]”. (Vainfas, 1999).

Essa tendência de mudança aparece também nos balanços bibliográficos de Fico e Polito. Segundo eles, 5% (40 pesquisas) da produção historiográfica da década de 1980 trataram de “novos temas”, como gênero, feitiçaria, corpo, loucura, mentalidade, imaginário etc.; para a época, esse pequeno volume de textos já poderia ser considerado uma “ampliação do leque de opções”. Em relação aos temas ou ob-

potencial interpretativo adaptado, especialmente alicerçado na cosmovisão da elite ilustrada local e explicitada no universalismo”. Com esse conceito, o autor assinala a necessidade de superar esse modelo interpretativo, pois “as categorias conceituais utilizadas não conseguem objetivar a realidade do projeto humano-cultural brasileiro” (Diehl, 2004, p.22). É nesse ponto que nos afastamos da análise de Diehl, pois acreditamos não ser possível apreender a “realidade brasileira” para fora de um conjunto de *representações e práticas*. Ora, se o nosso “conjunto” já não é o mesmo daquele aplicado na década de 1960/1970, é evidente que a realidade apreendida será diferente. Uma das conclusões possíveis é a de Diehl, ou seja, o “conjunto” explicativo anterior é inadequado para a realidade histórica. Outra conclusão, a nossa, do ponto de vista teórico-historiográfico só é possível descrever as características e os deslocamentos dos “conjuntos” explicativos, com a intenção de permitir outros deslocamentos “possíveis e desejáveis” – retornaremos a essa discussão na conclusão.

- 16 Alguns exemplos apontados por Burmester (1998) são: *Agentes da industrialização na República: a prática política dos militares (1930-1942)* de Ítalo Tronca, publicado em 1978; *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)* de Fernando Antônio Novais, publicado em 1979; *Imprensa e ideologia em São Paulo, 1822-1842: matizes do vocabulário político e social* de Arnaldo Contier, publicado em 1979; entre outros.

jetos “tradicionais”, um número grande de pesquisas operou alguma “renovação” teórico-metodológica, sendo “que tanto os estudos sobre escravismo, quanto aqueles sobre o movimento operário, acolheram em seu interior novos problemas” (Fico; Polito, 1992, p.57).

Em uma avaliação assumidamente ligeira, que precisava ser desenvolvida e matizada – ao longo deste estudo tentaremos fazer isso –, Burmester afirmou que nos anos 1980 os “deslocamentos atingiram os projetos de construção de uma história global, de apreensão do real através de níveis diferenciados e hierarquizados, de descrição da totalidade social”; ocorreu também uma maior preocupação e aumento do volume da narrativa nos textos e, enfim, o resgate dos indivíduos, as “massas anônimas, mergulhadas no cotidiano – como em Braudel – ou, as classes sociais, enquanto entidades coletivas – como para alguns marxistas – cedem seu espaço para o indivíduo” (Burmester, 1998, p.111-12).

Nesse sentido, por não utilizar a mesma concepção teórico-metodológica e por não evocar a mesma postura *vanguardista* dos anos 1960 e 1970, os “novos estudos” foram severamente criticados por alguns historiadores, notadamente Cardoso e Gorender:

Uma crítica que acusava os “novos historiadores” de se renderem a “modismos estrangeiros”, de contribuírem, no âmbito nacional, para a pulverização e fragmentação da história, de renunciarem à questão central da luta de classes e do capitalismo em favor de temas irrelevantes e minúsculos que não punham em xeque a ordem mundial dominante, sendo, por isto, reacionários. (Vainfas, 2009, p.229)

No Capítulo 5 discutiremos a repercussão dessas transformações e desses debates no interior de eixos temáticos específicos. Agora, com base no que foi discutido, podemos afirmar em síntese: na transição dos anos 1970 para os 1980 emergiu outra “atmosfera intelectual” no Brasil que denominamos “utópica”, pois descreve o surgimento de uma grande expectativa de mudança na sociedade brasileira que foi inscrita, pelo esforço de alguns historiadores, em um trabalho de “renovação” da historiografia e de postura do historiador perante a sociedade. Essa “atmosfera utópica” se articulou com a “consolidação dos programas

de pós-graduação” impulsionando a apropriação e o desenvolvimento de outras *práticas historiográficas* na década de 1980.

Vimos que existiu um centro comum de referências para a intelectualidade brasileira nas décadas de 1960/1970, a saber: o marxismo. Era em direção a esse campo de referências que se dirigiam as falas dos mais variados intelectuais brasileiros, seja para contestar ou usar de diferentes formas (ver, por exemplo, os embates entre intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), USP, Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).¹⁷ Pois bem, era de esperar que o processo de institucionalização e normatização da história-disciplina conduzisse para uma maior solidificação do campo de referências. Como veremos detalhadamente, isso de certo modo ocorreu durante a década de 1980, uma vez que era difícil ou mesmo impossível escapar completamente do marxismo ou da História Social/Econômica.

Com o *lugar* da história-disciplina mais bem especificado e normatizado – com a formação do historiador regrada por uma série de procedimentos, organizada em um número considerável de instituições próprias para essa tarefa – ocorreu gradativamente um desbloqueio do campo de referências.¹⁸ Ou, dito de outra forma, com a maior institucionalização do processo de formação do historiador e do espaço de enunciação do conhecimento histórico, já não era tão importante um campo comum de referências para determinar a qualidade, o grau de profissionalização, a acuidade científica, enfim o caráter historiográfico de uma determinada produção. Para determinar esse caráter (quase) bastava “ter formação de historiador de ofício”, o que liberou a procura de outros campos de referência.

Um último elemento que compôs a “atmosfera utópica” e o “desbloqueio parcial do campo de referências” nos anos 1980 foi a “brandura teórico-metodológica”. Isso se manifestou de diferentes formas: recusa

17 Discutimos essa questão em Ramos (2009).

18 Essa análise foi inspirada pela de Foucault sobre o “desbloqueio epistemológico” ocorrido no século XVII, em que a “ortodoxia dos enunciados” é substituída pela “regularidade das enunciações” (cf. Foucault, 1999b, p.220-1).

de prolegômenos e diluição da discussão teórico-metodológica ao longo do texto, intensa interdisciplinaridade, esgarçamento das fronteiras epistemológicas – o que foi fundamental para o uso simultâneo de Thompson e de Foucault – e, até mesmo, a recusa do uso de conceitos e análises em favor da alternância entre exposição de fontes e sua interpretação.¹⁹

Assim, as transformações ocorridas no *lugar* da produção historiográfica – em suas condições materiais e regras de conduta – na transição dos anos 1970 para os 1980, possibilitou a introdução de outras *práticas historiográficas* que complementaram ou contestaram o método *formalista*, socioeconômico e *vanguardista* dos anos 1960/1970. O nosso problema agora é como os pensamentos de Thompson e de Foucault se inserem nesse processo?

Os meios de apropriação

Os meios de apropriação ou, dito de outra forma, o modo como os pensamentos de Thompson e de Foucault foram introduzidos e circularam entre os historiadores brasileiros foi diverso. Inicialmente, podemos assinalar que Thompson, ao contrário de Foucault, nunca fez palestras no Brasil e seus textos foram tardiamente – considerando a data das publicações originais – traduzidos e publicados em nosso país.

A divulgação do materialismo thompsoniano entre os historiadores brasileiros foi resultado do esforço de alguns professores/pesquisadores ditos “renovadores”, como Déa Ribeiro Fenelon, docente do Departamento de História da Unicamp entre 1975 e 1986 e, a partir de 1984, do Departamento de História da PUC-SP (Villaça, 2010), muito lembrada como “uma das responsáveis pela introdução dos estudos de Edward Thompson em nosso país” (Ricci, 2008). Fenelon, desde o final da década de 1970, foi coordenadora de projetos que estudaram o “processo

19 No Capítulo 5 discutiremos como essas formas de conduta se manifestaram concretamente na produção historiográfica. Desde já, alguns exemplos e diagnósticos marcantes sobre essas condutas podem ser encontradas em entrevista de Laura de Mello e Souza em Moraes e Rego (2002, p.378-9); Duarte (2001, p.30-32); Soeiros (1985, p.5); Weber (1989, p.5); Chalhoub, 2001, p.54).

de industrialização” e a “formação do trabalhador urbano” no Brasil, a perspectiva desses projetos em relação ao primeiro caso é “tomar a industrialização como um processo de desenvolvimento das relações sociais significa assumir a ideia de que esse processo é por si só conflituoso e definido por esse conflito”; e, em relação ao segundo, é examinar as condições de vida e trabalho – que estão imbricadas – e os diversos aspectos (culturais, jurídicos, políticos etc.) da luta entre operários e patrões/Estado (Fenelon, 1982, p.80, 94 passim). Assim, não é coincidência que ao discutir e expor os projetos de que participa na *Revista Brasileira de História*, Fenelon (1984, p.56) seja um dos três autores a referenciar os textos de Thompson em artigos dessa revista nos anos 1980.²⁰

Edgard Salvadori de Decca, formado pela USP e “professor voluntário” durante dois anos nessa instituição, docente do Departamento de História da Unicamp desde 1977, foi um dos grandes responsáveis por viabilizar a tradução e publicação dos três volumes de *A formação da classe operária inglesa* e de *Senhores caçadores* em 1987, inclusive mantendo contato direto com Thompson. Maria Stella Martins Bresciani e Italo Arnaldo Tronca, ambos formados pela USP e docentes de História da Unicamp desde o início da década de 1970, são lembrados como leitores e divulgadores do pensamento de Thompson entre os alunos. Também é preciso destacar os ditos *brasilianistas*, que frequentaram desde meados dos anos 1970 a Unicamp, como Peter Linebaugh e Dale Tomish, “que trabalharam durante alguns anos ao lado de E. P. Thompson” (Decca, 2002, p.272), bem como Michael McDonald Hall e Peter Eisenberg, docentes permanentes da universidade campinense. Enfim, podemos dizer que os historiadores vinculados à Unicamp –

20 Outros autores que fazem referência aos estudos de Thompson nas páginas da RBH – maior instrumento de divulgação da produção histórica do período – são Linebaugh (1983 – a nota de tradução transmite jocosamente o esforço empreendido por docentes e discentes da Unicamp, para estabelecer o diálogo com a “nova historiografia inglesa”, a saber: “Tradução de Célia Maria Marinho de Azevedo. Vários professores transatlânticos do Departamento de História da Unicamp ‘rebolaram’ para fazer a revisão, ajudados, não sem relutância, por diversos vadios, niveladores e sectários recrutados nos corredores do barracão”); Hill (1984); Bresciani (1984/1985); Carvalho (1986/1987).

instituição com uma proposta “renovadora” – foram importantes introdutores do pensamento thompsoniano no Brasil (ibidem, p.270-2).

É, contudo, um equívoco considerar essa universidade como foco exclusivo desse processo, historiadores vinculados a outras instituições tiveram seu papel, como Maria Odila Leite da Silva Dias (2002, p.187), formada e docente do Departamento de História da USP, uma entre os poucos “felizardos” no Brasil a possuírem um livro de Thompson desde a década de 1960. José Jobson de Andrade Arruda (USP) e Adalberto Marson (USP e Unicamp), leitores atentos e resenhistas dos textos de Thompson. Fernando Antônio Novais, docente da USP até 1985 e da Unicamp a partir de 1986, que não era exatamente um thompsoniano, mas quando “ele se viu às voltas com teses de orientandos seus que traziam pontos de vista distintos dos seus [...] ele aceitou com grande generosidade” (Souza, 2002, p.372-3). Ana Maria de Oliveira Burmester, um dos docentes do Departamento de História da UFPR que estabeleceram um diálogo com os professores da Unicamp e ajudaram a proliferar a “história vista de baixo” (cf. Ipardes, 1989). Eulália Maria Lahmeyer Lobo, que lecionou na UFF a partir de 1980 e “reingressou” – pois, havia sido aposentada pela ditadura – como professora titular na UFRJ em 1985. Robert Wayne Andrew Slenes (2010), thompsoniano declarado e docente dos Departamentos de História da UFF (1979-1983) e da Unicamp (1983-actual). Esses e muitos outros historiadores de instituições diversas acolheram bem a “renovação” do marxismo proposta por Thompson possibilitando e incentivando a circulação dos seus textos no Brasil.

Apesar do incentivo dado por esses historiadores, a leitura dos textos de Thompson foi “penosa” nos anos 1980. Pois seu primeiro livro publicado no Brasil, “numa péssima tradução” (Lara, 2001, p.175), foi *A miséria da teoria* em 1981, uma versão reduzida do texto original denominada *The poverty of theory and other essays* que, como evidencia o título, era composta também por outros artigos, em especial *The peculiarities of the English*. Este último artigo contém importantes elementos da crítica de Thompson a outras vertentes do marxismo, de Louis Althusser, Tom Nairn e Perry Anderson, e só foi traduzido e publicado

“oficialmente”²¹ no Brasil em 2001. De qualquer modo, a publicação de 1981 facilitou o acesso a algumas das mais importantes reflexões teórico-metodológicas do historiador, como suas noções de *experiência*, *simultaneidade* das atividades humanas, *luta de classes* e *formação de classe*.

Em 1987, foram também traduzidas e publicadas os livros *A formação da classe operária inglesa* (os três volumes) e *Senhores e caçadores*. Nesse sentido, o acesso à totalidade do pensamento de Thompson e dos debates abertos por ele, foram parcialmente restringidos até os anos 1990, tanto pelo idioma dos textos quanto pela dificuldade em adquiri-los, como afirmou Fenelon (1995, p.78):

Lembro-me de nossas dificuldades para fazer chegar até aos alunos de Mestrado em História, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), nas primeiras turmas de 1976/1977, alguns dos artigos de Thompson sobre a questão da “Lucha de classes sin clase...”, “Tiempo y disciplina em la sociedad industrial...”, “La economía moral del siglo XVIII...”, “Patrician society, plebeian culture...” e muitos outros que acabaram por nos chegar em espanhol, reunidos por Joseph Fontana, em *Tradicción, revuleta y conciencia de clase*, em 1979. Mas ficava a maior parte da obra, não só de Thompson, mas de outros e do debate ou das polêmicas geradas em torno de suas posições, só acessíveis a quem dominava a língua inglesa. Várias promessas frustradas e adiadas, promessas de que *The making of the English working class* seria traduzido para o próximo ano, mas estas só se concretizaram em 1987, quando a editora Paz e Terra lançou o 1º volume, em português.

As “fotocópias raras e apagadas” eram o modo mais comum de acesso aos textos, como lembram Durval Muniz de Albuquerque Junior, formado pela Unicamp; e Silvia Hunold Lara, formada pela USP:

Nas aulas do professor Ítalo Tronca conheci, ainda através de fotocópias bastante apagadas, a obra de Edward Palmer Thompson, que ainda não haviam sido traduzidas no país. (Albuquerque Jr. 2010, p.147)

21 Esse texto foi traduzido e publicado pela primeira vez nos “cadernos caseiros” da Unicamp em 1994.

Durante anos, [as obras de Thompson] circularam em apagadas fotocópias, feitas a partir das obtidas por algum felizardo que havia conseguido colocar as mãos nas edições originais – entre elas uma revista indiana de estudos históricos um tanto difícil de ser localizada. (Lara, 2001, p.175)

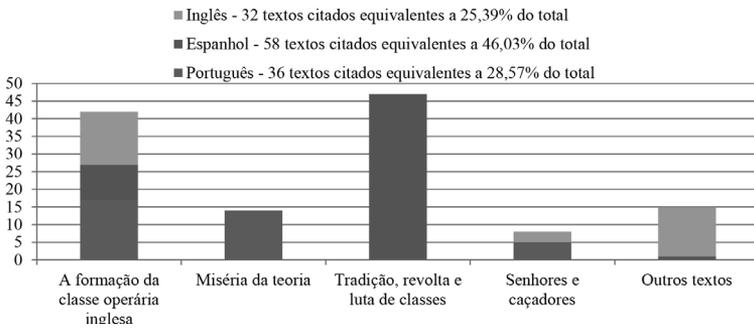
Lara destaca também uma prática unicampista conhecida, as “traduções e publicações caseiras”:

Depois de algum tempo, apareceram em traduções domésticas e logo chegaram a ser impressas em uma publicação interna do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, que ganhou várias edições, sempre revistas, aumentadas e rapidamente esgotadas. (ibidem)

Enfim, as dificuldades foram superadas por alguns e as citações dos livros originais e, principalmente, das versões em espanhol tornaram-se frequentes nas dissertações e teses pesquisadas, e os textos mais citados são *The making of working class* e *Tradición, revuelta y conciencia de clase*.²² O Gráfico 1 quantifica o resultado de nossa pesquisa em relação a Thompson nas monografias entre 1980 e 1990, confirmando o frequente uso de textos em outras línguas e a “preferência” por *The making...* e *Tradición...* Esses textos destacam as noções e os procedimentos thompsonianos fundamentais: de *luta de classe* como nexos explicativo para a história, para a formação das classes e como elemento que se expressa em todas as atividades humanas; de *experiência* como mediador indispensável entre *ser social* e *consciência social*; de “história vista de baixo”, para resgatar os marginalizados; e de *escrita* “narrativa cerrada entre as fontes”.

22 Este último texto – como aparece na fala de Fenelon – é um livro organizado por Joseph Fontana, composto por textos de reflexão teórico-metodológica e de pesquisas históricas sobre a sociedade inglesa do século XVIII, em que se destacam – pelo conteúdo e pelas recorrentes citações nas obras/fontes – os artigos *La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?*, *La economía “moral” de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII* e *Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial*.

Gráfico 1 – Quantificação de textos de E. P. Thompson citados (1980-1990)



Fonte: Elaborado pelo autor.

No caso de Foucault, a questão dos *meios de apropriação* é mais complexa, já que o filósofo francês “marcou presença” no Brasil de forma mais intensa que Thompson. Em primeiro lugar, muitos de seus textos foram traduzidos e publicados no Brasil ainda na década de 1970, a saber: *Doença mental e psicologia* em 1968; *História da loucura e Arqueologia do saber* em 1972; *Nascimento da clínica, Vigiar e punir, História da sexualidade I: a vontade de saber, Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão* todos em 1977; *Microfísica do poder*, coletânea de artigos e entrevista de Foucault organizada por Roberto Machado e publicada em 1979; *As palavras e as coisas* “oficialmente”²³ em 1981; *História da sexualidade II: o uso dos prazeres* em 1984 e *História da sexualidade III: o cuidado de si* em 1985. Alguns desses livros foram amplamente republicados na década de 1980, em especial *Vigiar e punir* em 1984, 1986, 1987, 1988 e 1989; e *Microfísica do poder* em 1981, 1982, 1984, 1985, 1986 e 1989. Portanto, pelo menos até a segunda metade da década de 1980, a disponibilidade do pensamento de Foucault superava amplamente as “fotocópias apagadas em língua estrangeira” que divulgavam o pensamento thompsoniano entre os historiadores brasileiros.

23 Desde 1966 circulava no Brasil uma edição publicada em português de Portugal pelas Edições 70.

Em segundo lugar, Foucault visitou o país em cinco ocasiões distintas, todas na época da ditadura civil-militar. Convidado por seu ex-aluno o filósofo Gérard Lebrun,²⁴ veio ao país pela primeira vez em outubro de 1965, para uma turnê de conferências na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL-USP), que foram acossadas pela repressão política. Ao menos Foucault pôde discutir o manuscrito de *As palavras e as coisas* com Lebrun, que desde então descreve esse texto como uma profunda rejeição ao marxismo, à fenomenologia e ao existencialismo (Eribon, 1990, p.159).

Posteriormente, quando desenvolvia suas reflexões do “eixo do poder”, fez diversas palestras no Brasil sobre medicina social, psiquiatria e prisão. Entre os dias 21 e 25 de maio de 1973 esteve na PUC-RJ, fez cinco conferências que foram pela primeira vez publicadas sob o título *A verdade e as formas jurídicas* pelos *Cadernos da PUC-Rio*, número 16, em 1974, com tradução de Roberto Machado e Eduardo Jardins Morais. No dia 30 de maio fez mais uma conferência em Belo Horizonte, daí visitou diversas cidades de Minas Gerais e da região Norte. Em outubro e novembro de 1974, fez seis conferências no Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e, por conselho de profissionais da medicina social, viajou pelo Nordeste para compreender “como é a vida dessas 26 milhões de pessoas” (Defert, 2005, p.42, 44).

Retornou à USP entre outubro e novembro de 1975, novamente realizou suas conferências em meio a turbulências. Em 25 de outubro o jornalista Vladimir Herzog é assassinado nas dependências da polícia de São Paulo, onde havia se apresentado voluntariamente para prestar depoimento sobre sua relação com o PCB. Foucault discursa sobre o caso na universidade, o que contribuiu para erupção da greve dos estudantes – entre aqueles que assistiram às aulas estava Laura de Mello e Souza, que enalteceu a postura do filósofo francês (Souza, 2002, p.370-1). Nesse momento, Foucault relata a sensação de estar

24 Lebrun ocupou a Cátedra de Filosofia mantida pelo governo Francês, na Universidade de São Paulo, entre 1960 e 1966, e, a partir da década de 1970 até sua morte em 1999, foi docente dessa universidade.

sendo seguido, é informado que está sob proteção do serviço diplomático francês e viaja para os Estados Unidos, onde afirmou: “Nova Iorque, insuportável, depois do Brasil”; essa afirmação só pode ser totalmente compreendida seguida de outra, a saber: “Provavelmente, não encontrei nos estudantes, a não ser no Brasil e na Tunísia, tanta seriedade e tanta paixão, paixões tão sérias, e o que me encanta mais do que tudo, a avidez absoluta do saber” (ibidem, p.48). Entretanto, esse êxtase pelos movimentos estudantis não dura muito...

A última vinda de Foucault ao Brasil ocorreu em novembro de 1976. Como forma de escapar da vigilância policial, dirigiu-se a centros menores, fazendo conferências na Universidade Federal da Bahia (UFBA), UFPE e Universidade Federal do Pará (UFPA) (ibidem, p.50; Rodrigues, 2010, p.13). Nesse momento o interesse de Foucault pelo Brasil diminuiu; um depoimento dado pelo amigo e estudioso de seu pensamento Roberto Machado ajuda a esclarecer essa situação:

E o filósofo nunca mais voltou ao Brasil. No final dos anos 70, foi descoberto, com relativo atraso, pela universidade norte-americana. Ao mesmo tempo em que ele próprio descobriu a Califórnia, ou melhor, San Francisco. Mesmo as conversas por carta com seus admiradores mais próximos no Brasil cessaram. Novos convites de visita foram feitos, mas Foucault não se mostrou interessado. “Acho que foi o encontro com os Estados Unidos”, explica Machado. *“Ele ficou deslumbrado. Encontrou por lá um debate mais afinado com as pesquisas que estava fazendo no momento, as trocas intelectuais foram intensas. Também encontrou nos Estados Unidos movimentos organizados, como o dos homossexuais e dos negros, que já usavam ideias que ele valorizava muito. Uma coisa é ser admirado no Brasil. Outra é ser acolhido nas grandes universidades americanas”.* (Cariello, 2011, p.6, grifo nosso)

Em suma, Brasil, insuportável, depois da Califórnia...

A questão é que apesar da “presença” considerável do pensamento de Foucault – ou do pensamento francês em geral que, para o bem ou para o mal, rendeu a alcunha de “departamento francês de ultramar” à USP –, não se estabeleceu um diálogo amplo e produtor com os

intelectuais brasileiros. Em 1975, alguns dias depois de esbravejar em Paris contra a insistência de sempre se procurar uma resposta marxista aos problemas que são colocados, Foucault descreveu o debate político-teórico brasileiro da seguinte forma: “Freud e Marx ao infinito. O trabalho político vem dos antigos quadros sindicais e intelectuais” (Foucault, apud Defert, 2005, p.47-8). Especificamente em relação à recepção de Foucault pelos intelectuais brasileiros dos anos 1960 e 1970, o diagnóstico sintético de Paulo Eduardo Arantes (1994, p.34) parece preciso, a saber: “alguns não o entendiam e outros faziam cara feia”. Isto é, no meio intelectual brasileiro Foucault aparece como uma figura excêntrica, que propunha leituras da realidade complexas, confusas e, até mesmo, suspeitas – seria ele reacionário ou revolucionário, estruturalista ou nietzschiano?²⁵

Em suma, entre o horizonte teórico-político dos intelectuais brasileiros das décadas de 1960 e 1970, marxista-vanguardista, e o horizonte de Foucault existia um grande abismo, que foi contornado primeiramente por alguns filósofos e “profissionais *psi*”. Entre esses se destacam Roberto Machado que, além de organizar e escrever a introdução – uma síntese bastante precisa dos pressupostos do “eixo do poder” – de *Microfísica do poder* e discutir o “eixo do saber” em seu livro *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*, de 1982, aplicou junto com colaboradores os pressupostos da arqueogenealogia no estudo histórico denominado *Danação da norma* de 1978; e Jurandir Freire Costa que também utilizou o pensamento foucaultiano em seu estudo publicado com o título de *Ordem médica e norma familiar* em 1979.

Essas análises teóricas e pesquisas históricas empreendidas por “não historiadores” foram provocativas e favoreceram a divulgação do

25 Isso fica muito evidente no debate ocorrido em 1975, após suas conferências na PUC-RIO, em que participaram diversos intelectuais brasileiros como Helio Pellegrino, Maria Teresa Amaral, Roberto Machado, Luis Costa Lima, Luís Felipe Baeta Neves, Rose Marie Muraro, Marcio Tavares do Amaral, Luís Alfredo Garcia Rosa, Magno Machado Dias, Roberto Osvaldo Cruz e Afonso Romano de Sant’Anna (cf. Foucault, 2002a, p.127-58). Essas mesmas proposições aparecem na imprensa brasileira da época; ver, por exemplo: Moutinho (1967, p.3). Para outras análises próximas à nossa, ver Vieira (1996); Rodrigues (2010b; 2010a; 2011).

pensamento de Foucault entre os historiadores, como evidenciam as constantes citações desses livros por historiadores que se *apropriaram* do pensamento de Foucault, bem como a análise/depoimento de Luzia Margareth Rago (1993b, p.122):

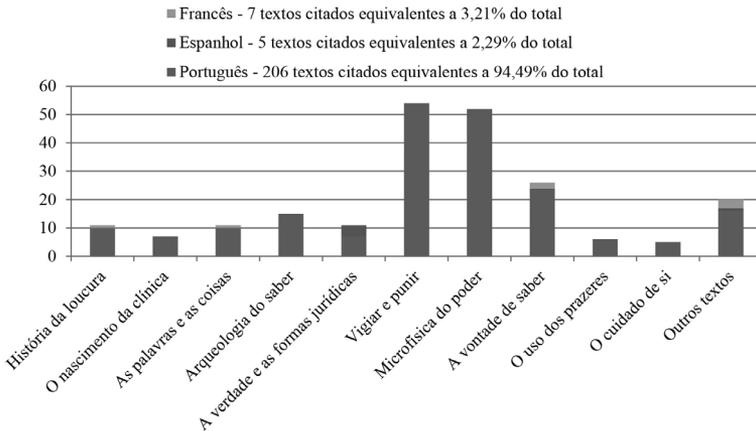
A impressão que me fica é que nós, historiadores, tivemos um contato maior com os textos selecionados por Roberto Machado sobre o poder para o seu trabalho histórico e depois fomos ler a *História da loucura, A arqueologia do saber, a História da sexualidade* [...]. Num primeiro momento, encontramos trabalhos nitidamente foucaultianos, aliás trabalhos de história não feitos por historiadores, como exemplo Roberto Machado com a obra *Da nação da norma*, excelente estudo realizado pelo filósofo e um grupo de pessoas. Ou *Ordem médica e norma familiar*, do Jurandir Freire Costa, que é psiquiatra. São trabalhos assumidamente foucaultianos feitos antes mesmo que nós historiadores tivéssemos tido um contato mais estreito com Foucault, produzidos em setenta e pouco.

Após Machado e Costa ajudarem a “quebrar o gelo”, todo aquele material textual de Foucault há tempos disponível passou a circular intensamente entre os historiadores brasileiros na década de 1980. O Gráfico 2 quantifica o resultado de nossa pesquisa nas monografias entre 1980 e 1990 a respeito das citações dos textos do filósofo.

Em primeiro lugar, é perceptível que, muito diferente do que ocorreu em relação aos textos de Thompson, quase não existiu no caso dos textos de Foucault a necessidade de recorrer à versão original ou em outras línguas; afinal já estavam disponíveis e, com a maior procura, as republicações cresceram. Em segundo lugar, destaca-se a superioridade das citações aos textos do “eixo do poder”, aos estudos sobre os dispositivos disciplinares e da sexualidade; mais especificamente é possível dizer – como discutiremos detalhadamente no Capítulo 5 – que foi a terceira parte de *Vigiar e punir* (constituída pelos capítulos “Corpos dóceis”, “Os recursos para o bom adestramento” e “O panóptico”) que descreve os mecanismos utilizados para aumentar a produtividade econômica e a submissão política das pessoas, e trechos de *A vontade de poder* que discutem as estratégias (histerização da

mulher, psiquiatrização do prazer etc.) e as táticas (confissão auricular, articulação familiar etc.) de saber/poder a respeito do sexo.

Gráfico 2 – Quantificação de textos de M. Foucault citados (1980-1990)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Segundo Astor Antônio Diehl, o primeiro Colóquio Foucault – que ocorreu entre 15 e 20 de abril de 1985, promovido pelo Departamento de Filosofia da USP, com o objetivo de debater “suas obras e seus temas” e com “a participação de quarenta pesquisadores [de diferentes áreas], comunicando-se seus interesses, discutindo suas inquietações” (Ribeiro, 1985, p.7). – foi o acontecimento que possibilitou não um “corte epistemológico”, mas sim a “sistematização da recepção dentro das diversas áreas do conhecimento das ciências humanas e serve de ponto de referência temático-metodológico para o desenvolvimento das ciências humanas, em geral, e da ciência histórica, em particular” (Diehl, 2004, p.260).

Dos textos apresentados no Colóquio, quinze foram selecionados para compor o livro *Recordar Foucault*. Desses textos, cinco foram produzidos por “historiadores de ofício”, a saber: Luzia Margareth Rago, Ítalo Arnaldo Tronca, Hilário Franco Júnior, Nicolau Sevcenko

e Silvia Hunold Lara. Talvez, mais que uma “sistematização”, esse acontecimento tenha sido um “sintoma” da ampliação do interesse dos historiadores pelo pensamento de Foucault e, ao mesmo tempo, da preocupação com questões desse pensamento que vão além dos “textos selecionados por Roberto Machado sobre o poder”. Nesse sentido, esse evento pode ser sim a manifestação de um “corte epistemológico” na recepção ou, como preferimos, de outra direção ao *modo de usar* o pensamento de Foucault.

Presentindo o esquecimento dos debates da década de 1960, o texto “Transgredir a finitude” de Gérard Lebrun tem a intenção explícita de destacar para as novas gerações o embate entre a linhagem Bachelard-Canguilhem-Foucault e a fenomenologia-marxismo-freudismo.²⁶ Outros textos como *Nas origens da História da loucura: uma retificação e seus limites* de Pierre Macherey e, em menor grau, *O castigo exemplar dos escravos no Brasil colonial* de Silvia Hunold Lara também assinalam essa distinção.

De qualquer maneira, é curiosa a forma como os pensamentos de Thompson e de Foucault foram introduzidos e circularam entre os historiadores brasileiros. Pois, apesar da dificuldade de acesso aos textos do historiador inglês, o interesse foi intenso logo nos primeiros contatos, isto é, existiu um esforço dos historiadores para divulgar e pôr em circulação os textos de Thompson. Ao contrário, apesar da “ampla” disponibilidade das falas (presença física) e dos escritos (livros traduzidos e publicados no Brasil) de Foucault desde o início da década de 1970, não existiu o mesmo interesse por parte dos historiadores brasileiros. Foi preciso antes de tudo um “desbloqueio” para tornar seus textos aceitáveis.

Essa não é uma percepção nova, ainda nos anos 1980 já havia sido colocada, é o que podemos deduzir da seguinte fala de Edgard Salvadori de Decca, de 1985:

Para o público brasileiro alguns esclarecimentos devem ser feitos. Boa parte dos historiadores que renovaram o estudo das classes trabalhadoras

26 Ver também Lebrun (1985).

na Europa e nos Estados Unidos não têm suas obras traduzidas para o português. Apenas para citar alguns exemplos, lembraria que a renovação da historiografia marxista sobre os trabalhadores deve-se principalmente ao já clássico livro de E. P. Thompson, *The making of the English working class*, editado em 1967. Por outro lado, se já existe a tradução brasileira do livro de Michel Foucault *Vigiar e Punir*, não há nada relacionado com a renovação das temáticas historiográficas abertas pelo autor.²⁷

Certamente o “desinteresse” pelo pensamento de Foucault, ainda que bastante acessível, está relacionado ao predomínio do marxismo e aquele duplo sentimento de desconhecimento-desconfiança presente entre os historiadores brasileiros até então; ao contrário, o pensamento de Thompson era mais palatável. Outro ponto significativo da fala de Decca é que a “renovação” empreendida pelos autores estrangeiros ainda necessitava ser esclarecida para o público brasileiro da época; talvez, mais que isso, *precisava ser implantada* na historiografia brasileira. Essas questões podem ficar mais evidentes e compreensíveis se retomarmos algumas falas sobre essa recepção.

Alguma falas sobre Foucault, Thompson e sua recepção

Muitos historiadores brasileiros já refletiram, de modo “informal” em entrevistas ou de modo sistemático em textos acadêmicos, sobre os pensamentos de Thompson e de Foucault e a respeito da recepção desses pensamentos no Brasil. Antes de examinarmos os *modos de usar* Thompson e Foucault nas pesquisas históricas dos anos 1980, é necessário discutirmos essas reflexões, pois muitas delas foram produzidas por historiadores que viveram esse processo na década de 1980 e falaram sobre ele no “calor do momento” e/ou numa reflexão retrospectiva.

Nossa posição em relação aos pensamentos thompsoniano e foucaultiano e sua possível articulação – exposta anteriormente – está

27 Cf. Edgar Salvadori de Decca, “Apresentação” (Rago, 1987, p.II).

próxima de algumas dessas falas. Porém, a preocupação principal deste estudo não é determinar a fala correta em relação àquela estabelecidas por nós – o que não nos impede de assinalar incoerências. Nossa preocupação ao reconstituir a seguir algumas falas é verificar os discursos que desde a década de 1980 incidiram sobre a recepção dos pensamentos de Thompson e de Foucault. Dito de outra forma, como diferentes discursos procuraram estabelecer uma *direção à apropriação* desses intelectuais.

Do mesmo modo que ocorreu entre os historiadores estrangeiros, nem todos os brasileiros foram a favor do pensamento de Foucault; por exemplo: Ciro Flamarion Cardoso, docente do Departamento de História da UFF e um dos pesquisadores que mais produziram e orientaram estudos na década de 1980,²⁸ é provavelmente um dos maiores opositores do filósofo francês e crítico de sua recepção no Brasil. Porém, ocorreram nuances nessa posição: entre 1979 e 1983, Cardoso orientou a dissertação de mestrado de Ronaldo Vainfas, apresentada ao Departamento de História da UFF, denominada *Ideias escravistas no Brasil Colonial*. Segundo Cardoso e Laura de Mello e Souza (1986/1987), essa foi uma dissertação que contribuiu/complementou discussões na linha aberta pelo próprio Cardoso; ou seja, como era de esperar, não foi uma contestação ao trabalho do orientador. Nesse sentido (de contribuição), foram incorporados outros problemas e concepções teórico-metodológicas, incluindo aqueles presentes no pensamento de Foucault a partir de *Vigiar e punir*. Sobre isso, Cardoso (1986, p. XVII e XVIII) esclarece:

Um aspecto deste livro agrada-me muito especialmente. O autor soube usar judiciosamente uma parte do arsenal de conceitos e enfoques desenvolvidos em anos recentes em torno da análise do discurso, sem cair em

28 Entre 1980 e 1989, Cardoso publicou treze livros (sem considerar reedições) e quatro artigos, bem como orientou nove pesquisas. Informações retiradas a partir do balanço de Fico e Polito (1992).

exageros tecnicistas que não teriam ajudado muito o seu projeto tal como o concebeu; e sobretudo, sem ceder ao dilema mais frequente de muitos dos autores que usam tais conceitos e enfoques nas fases estruturalista e pós-estruturalista: a dissolução do sujeito social nos estudos da ideologia, opção que costuma conduzir a posições reacionárias e delirantes.

A posição teórico-metodológica e política de Cardoso, que já transparece nessa apresentação do estudo de seu orientando publicado em 1986, foi acentuada e explicitada em um conjunto de textos publicados em 1988, no livro denominado *Ensaio racionalistas*. Cardoso é convicto de que a concepção materialista da história é o que pode fornecer cientificidade e racionalidade para a história-disciplina, sua vertente é próxima à do marxismo inglês (Anderson, Hobsbawm, Thompson etc.); é crítico do “economicismo” stalinista, do “idealismo” althusseriano, do “subjetivismo” sartriano e do “reacionarismo” dos frankfurtianos. A partir de sua perspectiva, examinou dois livros de Foucault, *As palavras e as coisas* e *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Em relação ao primeiro livro, retoma algumas das críticas feitas primeiramente por Sartre, pois Cardoso entende que a noção de *epistémê* afirma a existência de um “modelo geral de pensamento” em cada época; desse modo, ninguém pensaria diferente, o que para o historiador é inconcebível; e, também, aquela noção não explicaria como se pode passar de uma *epistémê* para outra (Cardoso, 1988, p.79-80). Em relação a *O cuidado de si*, Cardoso critica Foucault por escolher somente as fontes adequadas a seu modelo explicativo, além de nada dizer das “práticas sexuais efetivas”, que seriam mais importantes do que os preceitos dirigidos a uma minoria e que talvez não tenham se concretizado (ibidem, p.109-14). Nesse sentido, temos o mesmo embate que rondou *Vigiar e punir*, isto é, da “história de um problema”, de um conjunto de *práticas* e seus efeitos; contra a “história de um período”, de como era a vida em uma dada época.

Enfim, desde a década de 1980, Cardoso acredita que o pensamento foucaultiano é basicamente reacionário e irracional, “seu ‘método arqueológico’ é simplesmente mais uma tentativa de negar certos princípios básicos, não somente do marxismo, mas de qualquer visão

racionalista da história e da sociedade, totalidade do sócio-histórico, cognoscibilidade desta totalidade, humanismo”. Suas temáticas são pertinentes para a história-disciplina, porém é preciso retomá-las por meio da “reafirmação da cognoscibilidade do todo social” (ibidem, p.79, 114).

Em entrevista de 2001, Cardoso relembra sua “militância” contra a recepção do pensamento de Foucault ocorrida, segundo ele, sobretudo na Unicamp, na década de 1980, bem como assinala sua posição favorável ao pensamento de Thompson e a impossibilidade de se conciliar em uma mesma *operação historiográfica* os pensamentos do historiador inglês e do filósofo francês, entre outros intelectuais:

O Thompson é muito bom; o que andei criticando muito, na época, foi a tentativa de casar Thompson e Castoriadis feita na Unicamp. Tentaram juntar um filósofo de direita e que não trabalha com o conceito de classe social, como é Castoriadis, com um pensador de esquerda.²⁹ Para mim Castoriadis, Foucault, a desconstrução, Deleuze, Derrida e todos os nietzscheanos, são pensadores de direita.

[...]

No que não acredito é nas mixórdias, nas misturas de alhos com bugalhos em matéria epistemológica, nas mesclas inexplicáveis ou mal explicadas de elementos tomados de posições cujas premissas de base são incompatíveis, seja a de Marx com Weber e Durkheim – que critiquei em artigo pouco conhecido do início da década de 1980, nas obras de tema histórico

29 É fundamental notar que esta não é a opinião do próprio Thompson (1981, p.186-7); para ele, as reflexões de Castoriadis caminham na mesma direção de suas próprias: “O impulso e fugir dessa cena de devastação [de marxismo estruturalista, economicista, etc.], em prol de nossa sanidade mental. Homens honrados, como Cornelius Castoriadis, que não abandonou nem por um instante sua luta contra o capitalismo, deixaram a tradição marxista desse modo: veem-na como irreparável, inerentemente elitista, dominadora e antidemocrática (os “cientistas” e os demais) e condenada pelos seus frutos ortodoxos e stalinistas. E concordo com boa parte da sua crítica (uma saudação, velhos camaradas do *Socialisme ou Barbarie!*); a outra parte, eu a apresentei em meus próprios termos. Mesmo, porém, em sua acerba polêmica com o “marxismo”, vemos que estão empregando – e de maneira muito melhor – conceitos aprendidos inicialmente em Marx. Pois os *marxismos* e a tradição da investigação empírica aberta, ambos originados na obra de Marx, e empregando, desenvolvendo e revendo seus conceitos, nunca foram a mesma coisa”.

(escravidão, relações sociais) da Escola Sociológica de São Paulo (Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso) –, seja a de Thompson com Castoriadis, presente em certa fase de alguns historiadores da Unicamp, como já mencionei. (Cardoso, 2002, p.228, 234)

Apesar da qualificação positiva de Thompson, Cardoso se identifica “muito mais com as posições de Hobsbawm” (ibidem, p.232), ou seja, com uma *prática historiográfica* mais atenta ao estabelecimento de conceitos e de modelos explicativos. Posteriormente, em entrevista de 2005, expõe sua visão sobre Thompson e o define como um historiador que foi capaz de manter o fundamento social e incorporar as atividades culturais, não foi “economicista” ou “culturalista”. Por isso, diferente das perspectivas de Roger Chartier, Robert Darnton, Clifford Geertz etc., a “cultura não é uma alternativa, por exemplo, à classe social, é apenas uma maneira de estudar, no caso de Thompson, como a classe se forma, é um dos elementos necessários para ver como uma classe chega a ser uma classe” (Cardoso, 2004/2005). Ainda, assinala que o pensamento de Thompson muitas vezes serve...

[...] como uma espécie de *álibi* para os pós-modernos, no sentido de que ele, embora seja marxista, ele vê a cultura, mas ele vê de uma maneira, a cultura para ele interessa para certos fins, historiográficos e políticos, que não são de jeito nenhum os mesmos, por exemplo, de Geertz. Então, tudo depende do que você está entendendo por cultura. (ibidem, p.3-4)

Em suma, o que preocupa Cardoso desde a década de 1980 é a manutenção de um “sentido profundo”, de um nexo explicativo para a história que pode ser fornecido pelos aspectos socioeconômicos, autorizando a “cognoscibilidade da totalidade do sócio-histórico”. Ou seja, dessa “totalidade” que foi recusada pelo pensamento de Foucault, mas não pelo de Thompson.

Em uma perspectiva próxima à de Cardoso encontram-se as análises de Emília Viotti da Costa, apesar de a historiadora não ter vivenciado regularmente a atmosfera acadêmica brasileira dos anos 1980, pois na época era professora associada da Universidade de Yale

nos Estados Unidos; ela conhecia a produção historiográfica brasileira da época e em diversas ocasiões participou de seus debates, por meio de artigos, conferências e cursos ministrados em instituições no país. Além disso, seus livros *Da senzala à colônia* (1966), *Da monarquia à república* (1977) e *A abolição* (1982) são “referências obrigatórias” – para concordar ou discordar – na produção historiográfica brasileira. Sua perspectiva em relação à recepção de Thompson e de Foucault no Brasil representaria a de diversos historiadores, especialmente – de acordo com o imaginário estabelecido – aqueles vinculados à USP, onde a historiadora se formou e exerceu a docência entre 1955 e 1969, quando foi “aposentada” pelo regime civil-militar.

Em conferência realizada em maio de 1982 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e publicada no mesmo ano na *Revista Brasileira de História*, Costa elogiou a repercussão dos livros e artigos de Thompson e de Michele Perrot – historiadora que se *apropriou* intensamente do pensamento de Foucault – na historiografia brasileira sobre o movimento operário:

Não é por acaso que a partir dos estudos de E. P. Thompson, Michelle Perrot, Stefano Merli, Cornelius Castoriadis, Juan Martinez-Alier, os pesquisadores brasileiros estejam prestando maior atenção à cultura operária, às condições de trabalho nas fábricas e ao impacto das transformações tecnológicas no movimento operário. Pouco a pouco vemos surgir uma literatura que enriquece a nossa visão dando-nos um quadro cada vez mais complexo e variado. Costa, 1982, p.217-18)

A historiadora já não era tão otimista em artigo publicado em 1994 (Costa, 1994), sobre as mudanças ocorridas na historiografia mundial entre as décadas de 1960 e 1980. Nesse artigo, que teve como “público alvo” os “novos historiadores brasileiros”, Costa demonstrou grande preocupação com a repercussão dos pensamentos de Thompson e de Foucault. Segundo ela, por um lado, a *apropriação* das reflexões de Thompson ampliou a preocupação com a subjetividade dos agentes históricos, mas “o que começou com uma crítica salutar e necessária a

mecanismos e reducionismos economicistas e à separação artificial entre infra e superestrutura” resultou contrariamente as intenções originais do historiador inglês, “numa total inversão da dialética” (ibidem, p.12); ou seja, a superestrutura (cultura, política etc.) tornou-se determinante em relação à infraestrutura (socioeconômica), a “consciência passou a determinar o ser social”. Desse mesmo processo, decorreu que o “empirismo virou moda novamente”: de debates teóricos sem embasamento empírico passamos para uma descrição empírica sem o estabelecimento de um modelo teórico explicativo, sem *formalização* (ibidem, p.13).

Por outro lado, a *apropriação* do pensamento de Foucault, segundo a autora, resultou em uma “extraordinária expansão das fronteiras da história e do enriquecimento inegável da nossa compreensão da multiplicidade da experiência humana através dos tempos” (ibidem, p.15). Entretanto, com raras exceções, não se estabeleceram conexões entre a microfísica e a macrofísica do poder, o que proporcionou a fragmentação da história:

Contrariamente à intenção original de Foucault, as micro-histórias frequentemente ficam como peças coloridas de um caleidoscópio quebrado, sem se juntarem, sem se articularem num desenho, não passando de fragmentos de uma experiência sem sentido. (ibidem)

Aqui é preciso um esclarecimento, aparentemente o que Costa entende como micro-história, microestruturas, micropoderes etc. é um misto entre elementos da superestrutura e as relações/experiências cotidianas, todos seriam perpassados pela lógica oriunda da “macroestrutura”, o micro e o macro compõem um sistema de relações homogêneas, o que é muito diferente das noções reunidas na *microfísica do poder* – péssimo nome, uma vez que gera esse tipo de confusão – que, como vimos, não se trata da existência de duas instâncias, micro e macro com relações homogêneas.

De qualquer modo, as concessões que autora faz explicitamente ao pensamento de Foucault e as pesquisas históricas que se utilizam “corretamente” dele são anuladas pelas “farpas” implícitas. Pois,

Quando o poder está em toda a parte, acaba por não estar em lugar algum. Além de que, o método de análise derivado de uma leitura simplificada e seletiva da obra de Foucault embora tenha contribuído para esclarecer e ampliar a compreensão dos vários locais onde o poder se exerce, recusa-se a explicar como e porque ele se constitui, se reproduz e se transforma. (ibidem, grifos nossos)

Nesse trecho, Costa não critica apenas as “leituras simplificadas e seletivas” e, portanto, equivocadas empreendidas por diversos historiadores brasileiros nos anos 1980. A historiadora critica o próprio Foucault, pois é este que recusa a existência de um foco central do poder e a explicação a partir dos sujeitos (burguesia/operariado). Isso fica mais evidente quando a autora reivindica para Sartre, em detrimento aos “anti-humanistas” franceses Barthes, Foucault, Lacan e Derrida (ibidem, p.18-20), a anterioridade e a adequada crítica ao determinismo econômico, ao vanguardismo do Partido que violenta a experiência e, enfim, aos modelos abstratos e estáticos de explicação histórica.

A historiografia dos nossos dias ergueu-se contra os defeitos assinalados por Sartre se bem que ao tentar evitá-los não seguiu os caminhos por ele indicados. Foi Nietzsche quem capturou a imaginação da nova geração com seu esteticismo. Sua ideia de que é apenas como fenômeno estético que a existência e o mundo se justificam e que os fatos e as coisas são criadas pelo próprio ato de interpretar pareceu mais atraentes do que a proposta sartreana que se mantinha ainda dentro dos limites do marxismo. (ibidem, p.20)

Na nossa perspectiva, Costa tem o mérito de localizar o pensamento sartriano no princípio do embate com os “nietzschianos,” o que evidentemente inclui Foucault. Infelizmente, é preciso dizer, a necessidade de desqualificar estes últimos conduz a autora a um *argumentum ad hominem*: “No entanto, foi este [Nietzsche] e não Sartre quem juntamente com Raymond Aron foi reciclado nos últimos anos, não obstante ter sido Nietzsche um dos ideólogos que serviu de inspiração aos nazistas” (ibidem, p.18). Ora, Marx foi o ideólogo do stalinismo, devemos abandoná-lo também? O essencial é que essa

estratégia retórica tem a função de excluir em bloco e em um só movimento uma pluralidade de *práticas historiográficas* simplesmente as associando aos males do nazismo.

Em suma, Costa critica veementemente o pensamento de Foucault, a historiografia que se *apropria* dele e muitas outras formas de reflexão (culturalista, estruturalistas etc.) não marxistas surgidas a partir da década de 1960. Para a autora, a nova geração de historiadores abdicou de constituir uma síntese explicativa do processo histórico, de articular o micro e o macro, o subjetivo e o objetivo. Abdicou também de projetar uma sociedade mais livre e mais justa, para empreender um “exercício puramente estético e retórico” ou apolítico. Abdicou de

[...] uma síntese enfim que seja centrada na teoria da práxis enriquecida pelas novas experiências e que leve a uma nova historiografia e uma nova estratégia (que permita coordenar os vários movimentos sociais sem retirar-lhes a autonomia), e que a partir de uma reflexão sobre o passado e o presente prepare os caminhos do futuro. (ibidem, p.26)

Assim como Cardoso, a autora evoca como virtudes historiográficas o empirismo acompanhado da *formalização*, a noção de socioeconômico como base totalizante do conhecimento histórico e a postura *vanguardista* (o historiador capaz de elaborar a síntese que vislumbra os bons caminhos para o futuro).

Em entrevista de abril de 2000, Costa retoma aquelas críticas com grande vigor, indicando que os problemas emergiram na historiografia brasileira da década de 1980 e perduravam até aquele momento:

Nos últimos 30 anos, houve um avanço enorme na historiografia brasileira. A influência francesa, embora ainda visível, compete hoje com a inglesa e a americana, o que imprimiu um tom mais empírico aos trabalhos. [...] É inevitável que uma tal expansão dê margem a críticas. A pressão para publicar resulta, às vezes, em trabalhos medíocres, superficiais, ou mal escritos, sobre assuntos curiosos, mas de pouca relevância. A obra de História tornou-se mercadoria e como tal está sujeita ao mercado, o que implica certas limitações [...]. Às vezes, o único propósito que guia o pesquisador é escrever uma tese, qualquer tese. A preocupação social ou política

está ausente do seu trabalho. O abandono da noção de totalidade e da ideia de processo, a falta de conexão entre micro e macrohistória, enfraquecem as interpretações e dificultam a elaboração de uma síntese. Acumulam-se dados desconexos, perde-se a visão do conjunto. A historiografia descola-se dos problemas da sociedade e se perde em minúcias, tornando irrelevante o trabalho do historiador que vira um antiquário, um colecionador de cacos. (Costa, 2002, p.87-8, grifos nossos).

Em diversas outras passagens, a autora atribuiu esses problemas também à repercussão das reflexões de Thompson, que favoreceram o *creeping culturalism*, isto é, a supervalorização da cultura, do discurso e da ideologia (ibidem, p.81); e as de Foucault, que superestimaram os micropoderes e perderam de vista onde este “reside em última instância” (ibidem, p.88-91). Em suma, devido a um efeito – identificado pela autora – de inversão da dialética materialista na produção historiográfica brasileira, Costa passou de uma postura favorável à recepção dos pensamentos de Thompson e, em menor grau, de Foucault no início dos anos 1980, para uma postura extremamente crítica a essa recepção a partir do final da década de 1980.

Astor Antonio Diehl, historiador formado pela PUC-RS nos anos 1980 e com doutorado pela Ruhr Universitat Bochum na Alemanha, estudou amplamente a “cultura historiográfica brasileira”, inclusive a recepção de Foucault no Brasil na década de 1980. Sua análise não é tão severa quanto as anteriores, porém não deixa de destacar os problemas da recepção de Foucault. Para Diehl (2004, p.276), o debate sobre Foucault ser racionalista ou irracionalista – do qual participa Cardoso assinalando a segunda opção – é retórico, pois o problema é que muitos pensadores não perceberam a profunda crise do conceito de Razão. Não se trata de afirmar a existência de uma racionalidade contra as irracionalidades, porque as “experiências históricas” ou a “linguagem cotidiana pode ser formalizada de distintas maneiras, de sorte que não existe uma única forma lógica embutida nela que possa assegurar sua racionalidade” (ibidem).

O problema para Diehl é que Foucault não desvincula saber e poder, impossibilitando a constituição de uma cultura historiográfica que ar-

ticula de modo adequado às “experiências históricas” a uma orientação de futuro ou um horizonte de expectativa libertário, como existe, por exemplo, em Habermas (ação comunicativa versus ação técnica) “que lhe permite tomar o paradigma da comunicação sem barreiras e como padrão de medida de uma racionalidade emancipatória” (ibidem, p.277).

Nesse sentido, a recepção do pensamento de Foucault entre os historiadores brasileiros dos anos 1980 serviu, segundo Diehl, para estudar os modos como os conjuntos saber/poder constituíram e controlaram os sujeitos e os objetos ao longo da história, por exemplo, a doença, o corpo, a mulher, o operário, o escravo etc., e, ainda, para liberar os *saberes sujeitos* dessas formas de racionalidade, como o “saber escravo”. Segundo o autor, essas características estão presentes nos textos de historiadores que compõem o livro *Recordar Foucault*, como *História e doença: a partilha oculta da lepra em São Paulo 1904-1940* de Ítalo Tronca, *De Eva à santa, a dessexualização da mulher no Brasil* de Luzia Margareth Rago, e *O castigo exemplar dos escravos no Brasil* de Silva Hunold Lara (ibidem, p.277-87).

De acordo com Diehl, essa recepção de Foucault no Brasil favoreceu a constituição da cultura historiográfica atual que, apesar de escapar da Razão e seus efeitos de poder, é extremamente problemática:

A perspectiva totalizadora e racional do historiador é substituída por pontos luminosos de igual intensidade, elevando tudo ao estatuto de objeto do conhecimento histórico. Assim, têm-se a desmaterialização do sujeito, a dessocialização do social e sua consequente fragmentação, onde o mundo histórico se torna um caleidoscópio de microobjetos (microcosmos) sem orientação conjunta. Percebe-se que na possibilidade ontológica do conhecimento histórico não existe uma subjetividade racional, autoconsciente. Parafraçando Foucault, há, portanto, um retorno à época das representações, das representações individuais fragmentadas porque não se aborda mais criticamente a realidade, mas as representações ideológicas dessa realidade. (ibidem, p.292, 316-17)

Em síntese, se entendemos bem seus estudos sobre a cultura historiográfica brasileira, Diehl afirmou que nos anos 1980 se constituiu

uma nova cultura historiográfica. Pelo lado positivo, essa cultura rompe com a *razão instrumental* fundada na ideia de progresso eu-rocêntrica, presente na cultura historiográfica até a década de 1970 que, apesar de otimista em relação às *expectativas de futuro*, silenciou as *experiências* dos grupos subalternos. Pelo lado negativo, apesar de reativar aquelas *experiência* até então silenciadas, é uma cultura profundamente pessimista em relação às *expectativas de futuro*, pois recusa qualquer possibilidade de dar sentido a esses fragmentos de *experiência*. Desse modo, o conhecimento histórico produzido desde os anos 1980 é desorientador, fragmentado, perde sua relação dialética com a realidade sociocultural, é apolítico ou serve simplesmente para legitimação de grupos socioculturais e tem caráter unicamente academicista – parafraseando Costa, “o importante é fazer uma tese, qualquer tese” –, e essa recusa em cunhar e utilizar modelos orientadores está bastante associada à recepção dos pensamentos de Foucault e de Walter Benjamin, a partir de meados da década de 1970 (ibidem, p.339 passim; 1999).

Um dos poucos historiadores brasileiros a criticar aberta e severamente o pensamento de Thompson e sua *apropriação* foi Jacob Gorender.³⁰ Em publicação de 1990, Gorender classificou como extravagante, fragmentário, antiteórico e anti-histórico o que irrompia em Londres:

30 Gorender não foi “formado” como um “historiador de ofício”, mas foi e é reconhecido como tal. Coursou alguns anos da Faculdade de Direito interrompidos duas vezes: num primeiro momento, quando se alistou no exército para lutar na Segunda Guerra Mundial – participou da tomada do Monte Castelo – e, definitivamente, para ser militante profissional do PCB, o qual abandonou a lado de outros membros em 1967 para fundar o PCBR. Foi jornalista da imprensa operária (*Classe Operária, Imprensa Popular e Voz Operária*) e escreveu diversos e significativos livros de história (*O escravismo colonial, A escravidão reabilitada, Combate nas trevas* etc.), o que lhe rendeu o “reconhecimento dos pares”. Foi um dos consultores – o único sem vinculação institucional e classificado como historiador – da *Revista de História* da USP nos anos 1980. Foi, também, professor visitante do Instituto de Estudos Avançado da USP e ministrou um curso de pós-graduação sobre “História e Marxismo” em seu Departamento de História. Especialmente seus livros sobre a escravidão foram referências constantes entre os historiadores que trataram o tema.

Neste caso, a influência de longe mais notável foi a “revelação” da obra de Edward P. Thompson. Ela impressionou em duas direções principais. Em primeiro lugar, porque pôs em relevo o que o marxismo qualifica como superestrutura (ideologia, direito, hábitos de pensar e sentir, tradições culturais etc.), afirmando-se como vigorosa reação ao malsinado vício economista do materialismo histórico. Em segundo lugar, Thompson é autor do ataque talvez mais virulento ao estruturalismo de Althusser, o que ajudou a fechar o ciclo da preeminência deste último em nosso meio. Embora não se trate de identificação, as mencionadas tendências francesas possuem pontos comuns com o *culturalismo* de Thompson, e tudo isto podia ser amalgamado na mesma orientação historiográfica. (Gorender, 1990a, p.17)

Na perspectiva de Gorender, que difere da nossa, em Thompson não existe o fundamento socioeconômico, e o modo de produção é rebaixado a simples produtor de pressões e limites, bem como a ação dos sujeitos é sobreposta à estrutura objetiva (ibidem, p.100-1), o que lhe permite classificar o historiador inglês pejorativamente como *culturalista*. Em relação à sua *apropriação* pelos historiadores brasileiros dos anos 1980, especialmente os unicampistas, Gorender afirmou que essa gerou uma “tagarelice sobre igualdade, equidade e imparcialidade” na relação senhor/escravo (ibidem, p.30).³¹

Para o autor, o que “vinha de Paris coincidia com Londres”: Cornelius Castoriadis, Claude Lefort, Jacques Le Goff, Marc Ferro, Paul Veyne, Michel Foucault etc. concorreram com os antropólogos e se atreveram a tomar o lugar dos ficcionistas, defendem uma explicação fragmentária e parcelada, recusando uma explicação totalizante que é coincidente com o real histórico. Especificamente em relação a Foucault, quase nos mesmos termos de Costa, retoma a crítica sobre a incapacidade de o filósofo francês totalizar (organizar) os micropoderes a partir da macroestrutura ou, em suas palavras: “Os micropoderes priorizados por Foucault aparecem isolados e insensíveis ao macropoder. A micro-história se compraz consigo mesma e deliberadamente evita algum fio de desenvolvimento histórico globalizado” (ibidem, p.109).

31 Discutiremos minuciosamente essa questão mais adiante, quando tratarmos da produção historiográfica brasileira da década de 1980 sobre a escravidão.

Enfim, explicitou sua concepção da *operação historiografia* adequada, correta, virtuosa etc. e que autores a empreenderam com excelência:

O específico da historiografia é o estudo do desenvolvimento das formações sociais enquanto totalidades contraditórias. Este projeto, explicitado desde a *ideologia alemã*, de Marx e Engels, permanece válido e tem sido reafirmado, em nosso tempo, por historiadores da estatura de Elena Scaierman, Eric Hobsbawm e Pierre Vilar. (ibidem, p.112)

Em suma, desde a década de 1980, Gorender foi um profundo crítico do pensamento e da recepção no Brasil dos pensamentos de Foucault e de Thompson, por perverterem o materialismo histórico, único capaz de produzir um conhecimento histórico total e real das sociedades, devido à sua virtude *formalista*.

Certamente, nem todos os historiadores brasileiros consideraram problemáticas as *apropriações* de Thompson e/ou de Foucault. Boris Fausto destacou a importância das reflexões de Thompson para uma renovação positiva da historiografia brasileira a partir de meados da década de 1970, época em que elaborava seu livro *Trabalho urbano e conflito social: (1890-1920)* sobre o movimento operário brasileiro da Primeira República, publicado pela primeira vez em 1976; sobre esse momento afirmou: “[...] li *The making of the English working class*, um livro que me encantou. Passei a me interessar menos pela quantificação de greves – que penso, porém, ter feito com cuidado – e mais pela temática cultural”. Daí citar Thompson em seu prefácio, pois “as aspirações daquela gente eram válidas em seu tempo e não cabe a nós julgá-las com um olhar superior” (Fausto, 2002, p.114). A repercussão desse ensinamento de Thompson nas conclusões do livro de Fausto é controversa – como discutiremos adiante –, de qualquer modo esse livro é uma das primeiras produções historiográficas brasileiras a referenciar positivamente Thompson e, como indicação para uma futura análise de caráter cultural, os caminhos abertos por Foucault (Fausto, 1976, p.14, 81 passim).

Edgar Salvadori de Decca, ao lado de Dea Fenelon, foi provavelmente o maior defensor e divulgador do pensamento de Thompson

no Brasil; elaborou um diagnóstico extremamente positivo em relação ao pensamento do historiador inglês e à sua *apropriação* no país. Pois, segundo ele, até por volta de 1980, o que “se havia feito até então era a história dos coletivos, dos grandes silêncios, dos grandes sujeitos. Aí se começou a interpelar as margens”, em grande parte devido à leitura dos estudos da Nova Esquerda inglesa: “Com o Thompson, com o Hobsbawm, você nunca está mal acompanhado, sempre tem uma retaguarda muito boa”, ambos possibilitaram a “história ‘vinda de baixo’” (Decca, 2002, p.272-80).

Para Decca, o pensamento de Foucault também participou dessa “renovação”:

Na verdade Foucault é quem acaba revalorizando os *Annales*, com a problemática das descontinuidades e das rupturas pelas margens. Ele aponta para os prisioneiros, para aqueles que estão no silêncio das fábricas, dos hospitais, das escolas, dos hospícios, da família, justamente onde não existem ou não podem existir ações coletivas, a não ser esporádicas. Existem apenas atitudes de sujeitos, que se constituem como tal, negociando, desviando, resistindo, etc. (ibidem, p.280)

No prefácio do livro *Do cabaré ao lar*, de Luzia Margareth Rago – pesquisa de mestrado orientada por ele –, publicado pela primeira vez em 1985, Decca define com clareza a *diferença* e explica como seria possível *complementar* o pensamento de Thompson com o de Foucault, para a produção de uma “história vista de baixo”:

As diferenças de abordagens em se tratando de Thompson e Foucault são significativas. Para o primeiro, as classes trabalhadoras são sujeitos de sua própria história, e por isso, a ênfase dada à questão da *experiência* de classe e do fazer (*making*) de uma cultura de classe. Com os seguidores de Foucault desloca-se significativamente o eixo da experiência e/ou da cultura das classes trabalhadoras, acentuando-se o significado da ação disciplinar de inúmeros agentes sociais na produção do cotidiano e da identidade dos trabalhadores, através da criação das instituições basilares da sociedade, tais como a família nuclear, a escola e a fábrica. (Decca, 1987, p.III)

Isto é, para Decca as diferenças epistemológicas dos pensamentos desses autores são “compensadas” pela contribuição que o conjunto de suas reflexões pode trazer para a produção historiográfica brasileira dos anos 1980. Desse modo, afirma a “ideia de considerar os textos historiográficos um palimpsesto que sedimentam inúmeras camadas de significado” (Decca, 2002, p.286). Ou seja, o que Cardoso denomina “mixórdia” para marcar um vício da historiografia, Decca denomina “palimpsesto” e define como sua virtude natural.

Ronaldo Vainfas, historiador formado pela UFF (graduação e mestrado) e pela USP (doutorado) na década de 1980, discorda em parte de seu orientador de mestrado (Ciro F. Cardoso), pois não só utilizou Foucault em suas pesquisas desse período, mas também procurou evitar posturas radicais em relação às diferentes formas de pensamento:

[Cardoso] Mencionou um paradigma que de um modo ou de outro é herdeiro de uma tradição iluminista, que passa pelo marxismo e que tem uma perspectiva totalizante, macro histórica no tratamento e na construção dos objetos de investigação. E mencionou um paradigma rival que se difundiu a partir da década de 60 e 70, que aponta no sentido de uma pulverização do objeto e das leituras do social, resvalando para um olhar microscópico. Inspirado por vertentes de pensamento segundo ele irracionalistas, como Michel Foucault, de fato mexeu muito com a história ao questioná-la como forma de conhecimento e pensá-la como uma formação discursiva da realidade. Possibilitou, no entanto, aos historiadores, investigarem temas que estavam à sombra nos seus trabalhos. São paradigmas rivais, como considera o *Ciro Cardoso*, inclusive pelas implicações políticas que esses modos de pensar a sociedade trazem. Mas considero que esse debate, às vezes é colocado de uma maneira muito caricata, pois não vejo necessariamente que uma pesquisa, que um modo de ler a história, que privilegie dimensões microscópicas seja necessariamente acrítica, desengajada, etc. Não sei porque o conflito de classes – a luta entre o capital e o trabalho - é a única questão legítima a ser estudada. (Vainfas, 1999)

Assim, para Vainfas a recepção do pensamento de Foucault, desde a década de 1980, foi importante, sem dúvida é um pensamento que

rivaliza com o princípio dito como legítimo da *luta de classes*, mas não significa que seja apolítico.

Maria Odila Leite da Silva Dias, vinculada à USP desde 1958, formada sob a orientação de Sérgio Buarque de Holanda e, posteriormente, docente dessa instituição e da PUC-SP desde 1995, afirmou ser uma “apaixonada” pelos estudos de Thompson, pois esses propõem um marxismo que “dá conta da diversidade”, consideram o “vir a ser”, o “devir histórico”, a “diversidade histórica”, enfim, a “especificidade histórica inerente às durações diferenciadas de processos culturais, de conjunturas sociais”, contribuindo para o desenvolvimento da historiografia sobre os movimentos operários, a pluralidade cultural das classes etc. (Dias, 2002, p.187, 200-3, 207). Em relação a Foucault, afirmou:

A ideia da gênese dos epistemes, na obra *As palavras e as coisas*, de Michel Foucault, e a que faz ao fim da representação no pensamento ilustrado se aproxima mais de um assunto que para mim é chave importante, que consiste em pensar a historicidade do próprio conhecimento. (ibidem, p.202)

Ainda, considera importante e necessário o diálogo entre essas múltiplas vertentes, por meio da preocupação comum com a “diversidade e o relativismo histórico”, o “não determinante”, o “vir a ser”, a “redefinição do político” etc.:

Inúmeras vertentes dialogam entre si. Por exemplo, o historicismo é uma vertente, os neomarxistas outra [o que inclui Thompson]; certos pensadores como Gadamer e a hermenêutica são outra vertente; os pensadores da desconstrução, e colocaria o Derrida, o Deleuze, o Foucault nos seus múltiplos caminhos. Eu acho que existem essas possibilidades de diálogo. (ibidem)

Enfim, Dias considera o ecletismo teórico fundamental para o desenvolvimento de ferramentas heurísticas. Como veremos, essa postura eclética e comunicativa refletiu na produção historiográfica de seus orientandos da década de 1980.

Fernando Novais foi professor e orientou diversas pesquisas nos anos 1980, na USP e na Unicamp. Foi qualificado positivamente por Boris Fausto como um “marxista não ortodoxo”; e, segundo Laura de Mello e Souza (2002, p.372-3), um orientador democrático já que quando “se viu às voltas com teses de orientandos seus que traziam pontos de vista distintos dos seus [...] ele aceitou com grande generosidade”. Desde aquela época destacou a “renovação” positiva produzida pelos estudos de Thompson e, também, a similitude desses estudos com alguns da terceira geração dos *Annales*, como os de Michel Vovelle. Defendeu a possibilidade de diálogo e troca, quando se trata de produção historiográfica, entre vertentes filosóficas “incompatíveis”, como Marx e Max Weber, Nova História e marxismo etc. (Novais, 2002, p.129-30). Nesse sentido, Novais parece discordar da noção de “mixórdia” estabelecida por Cardoso, ou seja, para Novais, como para Decca e Dias, é uma virtude dialogar com vertentes filosóficas “incompatíveis”.

Em um sentido próximo estão as afirmações de Sidney Chalhoub, um historiador assumidamente thompsoniano como seu orientador Robert Slenes e leitor de Foucault, pós-graduado pela UFF (mestrado) e Unicamp (doutorado) durante os anos 1980. Para este, até meados da década de 1980, época de seu mestrado – que discutiremos com detalhe mais adiante – denominado *Trabalho, lar e botequim: vida cotidiana e controle social da classe trabalhadora no Rio de Janeiro da Belle Époque*, existia...

[...] uma cristalização menor dessas divisões entre perspectivas teóricas, não havia muito problema em incorporar num mesmo trabalho elementos foucaultianos, thompsonianos, que depois foram se cristalizando nessas igrejinhas que existem hoje na academia. Naquela época era importante ler Foucault e Thompson, bem como incorporar uma leitura da tradição antropológica, para lidar com a ideia de cultura, interpretada como cultura dos trabalhadores, dos escravos. (Chalhoub, 2008, p.313-23)

Outros historiadores, apesar de favoráveis a Thompson e a Foucault, procuram evitar essas “mixórdias”. Em artigo de 1989, Adal-

berto Marson, docente do departamento de História da Unicamp e da USP, procura diferenciar o conceito de “disciplina” presente no pensamento de Thompson daquele presente no pensamento de Foucault, bem como determinar a posição de Thompson no interior do marxismo:

Em que pese a ampla divulgação de sua obra [*The making of the English working class*] no Brasil, muito pouco se conhece da acalorada polemica que se seguiu a sua primeira publicação. Os interesses concentraram-se ou em medir até que ponto suas teses se afastavam do “marxismo ortodoxo”, ou então, num fenômeno oposto, em conciliar sua diferente e especificamente histórica concepção de “disciplina” com a de Foucault e outros autores. Mal se percebeu que, por trás do impacto, subjaz um meticuloso trabalho de, a cada passo, remeter a certas matrizes de pensamento oriundas não apenas de Marx mas dos autores da economia política, da historiografia social inglesa do trabalho (*labour history*) e das correntes estruturalistas da sociologia. Fontes e parâmetros de discussão, tais heranças são duramente questionadas e confrontadas perante a documentação descoberta, porém jamais eliminadas como objetos gastos e sem valor. (Marson, 1989, p.46)

Essas afirmações só são elucidadas ao final do artigo, após uma minuciosa análise e comparação das leituras de Andrew Ure (*The philosophy of manufactures*), de Marx (*O capital*) e de Thompson (*The making of the English working class*) a respeito da constituição do sistema fabril inglês. Marson concluiu, em primeiro lugar, que diferente de Ure e Marx, Thompson não deduz uma lei de desenvolvimento histórico do capitalismo a partir do caso inglês. Em segundo lugar, que Marx e Thompson se apropriam do texto de Ure como um documento que expressa fundamentalmente a mentalidade burguesa sobre a fábrica; mas diferente de Marx, “Thompson não se preocupa em denunciar incoerências de Ure” e sim em associar seu pensamento a um sujeito social específico. Finalmente, para Marson, Thompson não lê Ure em busca de uma “realidade objetiva” ou de uma “racionalidade imanente”, mas recoloca seu pensamento em uma luta, em meio a “um complexo de visões e de interesses antagônicos”. Nesse sentido,

o “sistema fabril” não se impõe por uma lógica, mas é o resultado das derrotas dos trabalhadores (ibidem, p.56, 64-6).

Não se justificam, portanto, leituras esquemáticas de Thompson, que elegem a parte “operária” da luta como sendo a razão da história, separada dos demais sujeitos. Dominação, disciplina e conhecimento científico, armas da classe capitalista contra resistência, autonomia e saber da experiência, armas da classe operária, constituem em Thompson pontos extremos e contraditórios da luta de hegemonia da fábrica. (ibidem, p.65)

Desse modo, na perspectiva de Marson, por um lado, a noção de “disciplina” em Thompson se diferencia daquela de Foucault, pois para o historiador inglês essa noção se refere apenas ao disciplinamento historicamente circunscrito do trabalhador ao sistema fabril, processo posto em prática por um sujeito social determinado; enquanto o filósofo francês pensa em um processo generalizado, em que não há um sujeito (coletivo ou individual) específico como operador.³² E, por outro lado, Thompson complementa o “marxismo ortodoxo” dando voz ao outro lado da história, o lado dos trabalhadores, que não é o lado da razão histórica, mas um dos lados da luta na história. É nesses dois sentidos que se dirige a sutil crítica à recepção brasileira do pensamento de Thompson, que abre o artigo de Marson.

Luzia Margareth Rago, em texto publicado em 1993 faz uma auto-crítica de sua *apropriação simultânea* dos pensamentos de Thompson e de Foucault, empreendida em sua dissertação de mestrado defendida 1984:

Eu, por exemplo, queria mostrar que o anarquismo era uma força, que os libertários sabiam se formular a despeito dos intelectuais orgânicos. Mas isso era muito contraditório porque, ao mesmo tempo em que trabalhava com a tendência de dar voz aos “vencidos” e retirar os pobres do silêncio,

32 É preciso notar que esta conclusão está implícita nas análises de Marson. Também não significa que o autor recuse definitivamente o pensamento de Foucault, já que alguns anos antes foi orientador da tese – que analisaremos minuciosamente mais adiante – de Alcir Lenharo (*Corpo e alma: mutações sombrias do poder no Brasil dos anos 30 e 40*), que recorre ao pensamento de Foucault.

mostrando sua racionalidade, ao contrário do que o discurso liberal afirmava, utilizava Foucault, que dissolvia o sujeito e o mostrava como efeito das redes de relações e da formação de saberes. Então a questão ficou muito complicada porque, pelo lado do filósofo, minimizava-se a ação do sujeito e descartava-se a importância da sua ação racional e consciente, e pelo lado de Thompson fazia-se o contrário, mostravam-se os homens agindo e fazendo a sua história o despeito das estruturas. (Rago, 1993a, p.133-4)

Nesse momento, quase dez anos após concluir sua dissertação, Rago parece afirmar a necessidade de escolher uma entre essas duas “bases epistemológicas”, sua escolha parece ser pela mesma “base” que fundamenta o pensamento de Foucault.

A mesma “decisão” foi tomada por seu colega unicampista Durval Muniz de Albuquerque Junior, que em princípio manteve a mesma postura de “complementação” entre os pensamentos de Thompson e de Foucault.³³ Em texto publicado pela primeira vez em 2002, Durval Junior relembra a “utilização conjunta” dos dois intelectuais na década de 1980:

Ignorando-se a crítica de Foucault à chamada história social, ele é transformado em um historiador social e usado para fornecer conceitos novos para uma historiografia que, embora já se afastasse do marxismo mais mecânico e economicista, ainda não havia se afastado definitivamente deste paradigma, que aparecia renovado nas páginas das obras de Thompson. (Albuquerque Jr., 2007, p.133)

Assim, o autor procurou discutir o que havia sido ignorado por aquela historiografia de que também fez parte. Por meio da noção de *experiência* destacou as diferenças intransponíveis entre os dois intelectuais – com argumentos próximos daqueles que discutimos antes. Nesse momento (2002), Durval Jr. já tomou sua “decisão”, já havia se afastado do marxismo; sua forma de pensar está próxima das *problematizações* de Foucault e o pensamento de Thompson serve mais

33 Ver, sobretudo, a dissertação de mestrado de Albuquerque Jr. (1988, p.7 (nota 11)). No Capítulo 5 analisaremos as dissertações de Rago e Durval.

como um “instigador de problemas” – ou, como diria o autor, para uma “leitura safada” – do que como paradigma (Albuquerque Jr., 2007).

Uma passagem do seu memorial de seleção para a cadeira de professor titular do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em 2006, nos fornece alguns elementos para compreensão dessas tomadas de “decisão”, vejamos:

Dois anos depois de haver defendido a Dissertação, 1990, volto à Unicamp para cursar o Doutorado em História. Sabendo que o Departamento encontrava-se agora dividido entre historiadores sociais e historiadores culturais e que a anterior aliança e o uso concomitante nas dissertações de autores como E. P. Thompson e Michel Foucault, o que também fizera em minha Dissertação, que ocorrera no momento em que as disputas pela hegemonia no interior dos Departamentos de História e do campo historiográfico davam-se entre a chamada nova história e a chamada “velha guarda marxista”, haviam sido rompidos com a aposentadoria da maioria dos professores e com o acirramento da disputa por espaços entre as novas gerações, resolvo estrategicamente apresentar um projeto apoiado na obra de Thompson. (Albuquerque Jr., 2005, p.15)³⁴

O projeto não se efetiva, pois a tese de Albuquerque Jr (1994) somente possui referências a Foucault, nenhuma a Thompson. Porém, o importante dessa fala é que aquela “decisão” entre Thompson e Foucault, pelo menos na Unicamp, foi requerida no final da década de 1980, bem como foi perpassada por diferentes motivações: foi uma “decisão” para retomada da lógica epistemológica desses pensamentos; foi uma “decisão” relacionada com a tomada de posição que envolvia a luta pela hegemonia doutrinária dentro da instituição; e/ou foi uma “decisão” relacionada com o abandono de um antigo adversário (marxismo-leninismo) e o estabelecimento de um novo, para esta última “decisão” foi preciso antes tomar uma posição entre História Social e História Cultural – como já assinalamos, a partir do final da década de 1980 emerge uma divisão na Unicamp que se consolida com a instituição da área de concentração de História Cultural na década

34 Cf. também Santos (2012, p.137).

de 1990, até então os estudos culturais eram apenas uma linha de pesquisa da História Social.

Finalmente, temos outras falas que, apesar de muito favoráveis a Foucault, assinalaram a dificuldade de sua *apropriação* pelos historiadores. Ítalo Arnaldo Tronca, historiador formado no departamento de História da USP nos anos 1960/1970 e docente do Departamento de História da Unicamp desde 1973, foi um dos primeiros historiadores brasileiros a se *apropriar* do pensamento de Foucault e tentar conciliá-lo com a *operação historiográfica* de seu tempo. Tronca organizou uma coletânea de estudos sobre Foucault, publicada em 1987 e intitulada *Foucault vivo*, que tinha intenção de “preencher este espaço em branco entre Foucault, os historiadores e os cientistas sociais”. O que seria esse espaço em branco?

A meu ver, a zona de turbulência ou o espaço em branco entre Foucault e os historiadores se situa neste ponto preciso da demultiplicação do sentido. Zona de turbulência que, diga-se de passagem, não abrange somente historiadores, mas inclui as ciências sociais, também elas presas a uma noção unívoca de sentido. (Tronca, 1987, p.10)

Tronca destacou o que para ele inquietava os historiadores dos anos 1980, o que separava estes de Foucault, a saber: a “demultiplicação de sentido” que é o correlato do “esteticismo dos nietzscheanos” – como denominou Costa – e o oposto da “cognoscibilidade do todo social” – como denominou Cardoso. Essa noção de demultiplicação implica que o ato de interpretar pode atribuir diferentes sentidos aos “fatos” e constituía a noção de *estratégia* em Foucault. Para Tronca a operação dos “historiadores de ofício”, de tentar captar o que foi a “vida em um período”, e a operação de Foucault, de procurar descrever as *práticas* – sobretudo, aquelas associadas aos *saberes* – que tentaram atribuir uma forma a “vida em um período”, são conciliáveis ou, pelo menos, não excludentes. Isto é, não é preciso escolher, não é preciso destruir uma delas para que a outra se mantenha (ibidem, p.9).

André Luiz Joanilho, formado (graduação e mestrado) pela Unicamp nos anos 1980, um dos historiadores que procuraram recorrer exclusivamente aos procedimentos foucaultianos para apreender uma

pesquisa histórica – discutiremos sua dissertação adiante – procurou esclarecer as duas dificuldades que um historiador pode ter ao se *apropriar* do pensamento de Foucault. Em primeiro lugar, o historiador está acostumado com a “condensação e confirmação exaustiva das fontes”, ou seja, deve explicar tudo que aconteceu de modo que muitas fontes corroborem com seus argumentos. Ao contrário, Foucault mantém a dispersão, trabalha sobre o “documento único e perturbador”, analisa a raridade. Em segundo lugar, para o historiador é fundamental explicar os documentos por meio dos seus sujeitos fundadores perguntam: Por quem foi escrito? Por que foi escrito? Diferente de Foucault, que recusa o sujeito fundador e pergunta: Como funcionaram na sociedade? Quais seus efeitos? (Joanilho, 2003, p.16-17 *passim*). Em suma, tanto Tronca quanto Joanilho evocam as questões colocadas por Foucault principalmente – não exclusivamente – no “eixo do saber” contra a “historiografia oficial”.

Até aqui procuramos organizar uma amostra de uma multiplicidade de falas de historiadores que “viveram e/ou pensaram” as *apropriações* dos pensamentos de Foucault e de Thompson nos anos 1980; mesmo com essa primeira sistematização, a divergência das falas é o que se destaca. Podemos, agora, tentar um segundo esforço para produzir algumas “conclusões preliminares” a partir dessas falas e de nossas análises anteriores sobre os meios de apropriação e as condições políticas, institucionais e teórico-metodológicas.

Primeira conclusão, o pensamento de Thompson é mais bem recebido e avaliado do que o de Foucault. Como já destacou Marcelo Badaró Mattos (2006, p.92), dos quinze historiadores entrevistados para a coletânea *Conversa com historiadores brasileiros*, sete mencionam explicitamente a relevância das reflexões de Thompson em seus estudos. Entretanto, em relação a Foucault, apenas Decca e Dias não fazem algum tipo de restrição e buscam pensar com o filósofo. Essa aceitação está relacionada, por um lado, à vinculação de Thompson ao marxismo, vertente historiográfica difundida e aceita pelos historiado-

res brasileiros desde a década de 1960. E, por outro lado e em menor grau, porque Foucault questiona procedimentos de análise documental (hermenêutica e confirmação exaustiva) e de concepção de história (totalização, unificação de sentido, explicação pelo sujeito etc.) que são considerados fundamentais na história-disciplina tal como praticada naquele momento.

Segunda conclusão, desde a década de 1980 emergiu um volume significativo de falas sobre o uso simultâneo de Thompson com Foucault. Alguns historiadores explicaram isso como resultado de uma leitura equivocada de Thompson e/ou de Foucault, ou seja, compreende-se mal os pensamentos desses intelectuais, portanto são utilizados simultaneamente (Costa, Cardoso, Marson etc.). Para outros, a referência a Thompson em estudos que utilizam Foucault e outros intelectuais não marxistas foi apenas “uma busca de legitimação no interior do próprio debate marxista para o culturalismo praticado pelos seus ‘usuários’” (ibidem, p.104). Ainda, um último grupo de intelectuais entende essa *apropriação simultânea* como uma *complementação* ou diálogo possível, que contribuiu muito para construção do conhecimento histórico (Decca, Rago, Novais, Dias etc.).

Terceira conclusão, a partir da segunda metade da década de 1980, surge uma tendência de destacar as *diferenças* ou *incompatibilidades* entre Thompson e Foucault, bem como a opção por um dos dois pensamentos; em detrimento das possíveis contribuições provindas do uso simultâneo desses pensadores. Esse processo foi denominado por Chalhoub “formação de igrejazinhas”, Lebrun fez questão de contar a história das duas linhagens, Rago assinalou sua necessidade epistemológica e Albuquerque Jr. revelou seu caráter de disputa institucional e historiográfica.

Quarta conclusão, segundo essas falas, em suma, o que se *apropriou* do pensamento de Thompson foi a noção de “história vista de baixo” e a concepção de *luta de classes* como modelo explicativo para o processo histórico e para formação das classes. No caso de Foucault, foi a concepção de *microfísica do poder* sem discernir seus diferentes elementos (história como luta, sem sujeitos, poder como relação e sem um centro organizador etc.).

Quinta conclusão, as falas que assinalam problemas nos pensamentos de Thompson, de Foucault e/ou em sua recepção pelos historiadores brasileiros nos anos 1980 remetem à fragmentação do conhecimento histórico, a acepção política e o excesso de empirismo (ou a inversão do ensaísmo) supostamente presentes nesses estudos. Desse modo, a recepção do pensamento desses intelectuais a partir dos anos 1980 foi *gérmen* para a suposta “crise” atual da historiografia brasileira, apregoada nas análises de Cardoso, Costa, Gorender, Diehl, entre outros.

Sexta e última conclusão, a “renovação” na historiografia brasileira advinda das *apropriações* de Thompson e de Foucault é reivindicada ou denunciada como um processo, senão exclusivo, fundamentalmente unicampista; graças ao esforço ou erro – dependendo de quem diagnóstica – dos historiadores vinculados a esta instituição. Inclusive a mídia da época, como vimos antes, favoreceu a constituição dessa percepção.

É preciso verificar se nossas “conclusões preliminares” se sustentam e como essas falas e as condições políticos-institucionais se relacionaram com os *modos de usar* Thompson e Foucault empreendidos pelos historiadores brasileiros dos anos 1980. Dito de outra forma, agora é preciso analisar algo mais fugidio e, talvez, mais fundamental; aquilo que sustentou, “vampirizou” ou foi “vampirizado” por essas falas, isto é, as dissertações, teses e pesquisas em geral produzidas no período.

É importante lembrar, novamente, não se trata de rastrear por trás das falas e da produção dos historiadores brasileiros dos anos 1980, “intenções malignas” que revelariam seu verdadeiro caráter – ou posição de classe – ou encontrar erros para desqualificá-la. Até aqui procuramos apenas identificar como diferentes historiadores perceberam a *apropriação* de Thompson e de Foucault, entendendo que essas percepções (suas falas) também procuraram “conformar” o processo de *apropriação*. Tentaremos manter a mesma postura ao discutirmos os *modos de usar*.